ANO 16 - Nº 39 - DEZEMBRO 2016

REVISTA DA

astec

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

ISSN 2317-6407

IMPRESSO

NOVA DIRETORIA
Chapa 2 dirigirá a Astec no biênio 2017/2018 *(pág. 6)*

OPINIÃO
A opção pela cidade inviável *(pág. 12)*

PREVIDÊNCIA
Um planejamento de longo prazo *(pág. 14)*

III Seminário Astec

discute gestão, precarização, terceirização e o direito à cidade

Página 8

MAXXI ODONTO

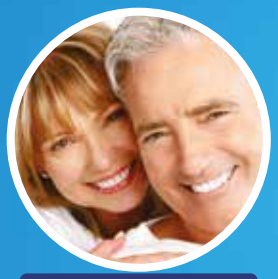
CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS

Responsável Técnico: Dr. Diego Marcondes | CRO/RS 19415 | EPAO/RS 3837

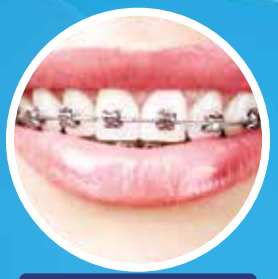
Sorria A SEU FAVOR

AQUI NA MAXXI ODONTO, TEMOS PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA CADA ESPECIALIDADE.

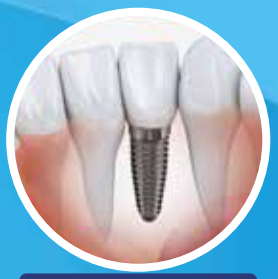
Periodontia



Próteses



Ortodontia



Implantes

Odontopediatria

AGENDE UMA CONSULTA COM UM DE NOSSOS ESPECIALISTAS.

Unidade Novo Hamburgo
Rua Joaquim Pedro Soares, 350 | Centro
51 3036 5657 **51 99929 0629**

Unidade Porto Alegre
Rua Duque de Caxias, 1540 | Centro Histórico
51 3216 3216 - 3216 3210 **51 99590 4665**

Acesse **www.clinicamaxxiodonto.com.br**

Transições simultâneas

Biól. Isabel C. Junqueira
Presidente da Astec

O fechamento desta 39ª edição da Revista da Astec é um momento particularmente conturbado da história da nossa Associação, em que ocorrem duas transições simultâneas: de um lado, a Prefeitura de Porto Alegre troca de gestor e o novo prefeito, ao que tudo indica, receberá uma administração inadimplente com o 13º salário dos servidores, o que, conforme o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público, poderia ser evitado se os desvios de verbas em diversos órgãos houvessem sido combatidos adequadamente. De outro, nossa diretoria se despede do segundo mandato à frente da Associação, com a sensação do dever cumprido, após quatro anos, nos quais enfrentamos desafios nos âmbitos interno e externo, desafios às vezes inesperados, sempre enfrentados, no intuito de buscar o melhor para os técnicos de nível superior. E encerramos esse tempo com a Astec mobilizada no conjunto dos municipários em repúdio ao não cumprimento do compromisso assumido pelo prefeito José Fortunati quando impôs à categoria a reposição parcelada da inflação, em 2015 e 2016.

COM ENERGIA E DISPOSIÇÃO DE TRABALHAR PELO COLETIVO:

• em nossa primeira gestão, implementamos as discussões nos núcleos da Astec, buscando acompanhar de perto os problemas de cada local de trabalho;

• focados na isonomia, contribuímos, juntamente com a Acespa e a Ascompoa, para o encaminhamento de questões relativas às gratificações particularizadas, especialmente, em relação aos servidores que não percebem nenhuma gratificação – o chamado "Bloco dos Sem";

• temos sido incansáveis, juntamente com a Acespa, a Asta e a Comissão de Aposentados e Pensionistas da SMA sem GID, na luta pela extensão do pagamento da Gratificação de Incentivo ao Desempenho aos aposentados e pensionistas da Secretaria da Administração;

• defendemos a manutenção da AFM e a implementação de um plano de saúde adequado a todos os servidores municipais da PMPA;

• nossa diretoria também realizou, com grande sucesso, a quarta edição da Expotec – Mostra de Trabalhos dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura de Porto Alegre, no ano de 2014, no shopping Bourbon Wallig;

• incrementamos a carteira de convênios da entidade;

• construímos, com nossos seminários, oportunidades para o debate de temas cruciais, como a manutenção da nossa previdência no Previmpa – autarquia pública com administração paritária; o nosso plano de carreira isonômico; e o processo de precarização, terceirização e privatização do serviço público na Prefeitura de Porto Alegre;

• fomos para o embate com o governo nessas mesmas questões e, ainda, no conjunto dos municipários, capitaneados pelo Simpa, fomos protagonistas na vitória sobre a ação civil pública do efeito cascata;

• enfrentamos as disputas estabelecidas nas campanhas salariais, indo muitas vezes à greve com o conjunto dos municipários;

• buscamos, também, estimular momentos de convivência e congraçamento, com a criação do Almoço dos Aposentados, que realizou sua quarta edição neste ano.

Agradeço aos colegas da diretoria executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, bem como a todos os colaboradores da nossa associação, com a convicção de que fizemos muito, mas que muito há ainda para ser feito. Essa será a missão dos colegas da Chapa 2, que se propuseram a contribuir com toda a categoria e foram eleitos pelos associados para representar os técnicos de nível superior no biênio 2017/2018. Mas é importante reiterar, uma vez mais, que a Astec não é a sua diretoria, nem apenas seus Conselhos Deliberativo e Fiscal. A Astec é o conjunto de técnicos científicos que atuam na Prefeitura de Porto Alegre.

Nenhum de nós é melhor do que todos nós juntos! Valorizar o associativismo e participar da entidade pode fazer a diferença entre manter ou não os direitos conquistados, e essa responsabilidade é sua também. Faça a sua parte, participando da Astec!

E, para começar, aproveite a 39ª edição da nossa Revista, recheada de assuntos diversificados e informações essenciais para buscarmos, juntos, o fortalecimento da nossa categoria.

Para finalizar, à nova diretoria da Astec, ficam nossos votos de que conte com a participação solidária dos colegas e faça uma boa gestão. Aos associados e suas famílias, desejamos um Feliz Natal e que 2017 venha cheio de coisas boas, com esperanças e energias renovadas!

Boa leitura!

SUMÁRIO

05 CONVÊNIOS DA ASTEC

06 NOVA DIRETORIA Chapa 2 está eleita para dirigir a Astec no biênio 2017/2018

08 III SEMINÁRIO ASTEC Gestão, Precarização, Terceirização e o Direito à Cidade

12 OPINIÃO A opção pela cidade inviável

14 PREVIDÊNCIA Um planejamento de longo prazo

18 SAÚDE Seminário reflete sobre saúde mental e ergonomia

19 CULTURA Dicas de leitura na rede de bibliotecas da Prefeitura Municipal

20 ASTEC 22 ANOS Noite de festa e confraternização

22 MEDIAÇÃO Uma prova de progresso brasileiro

26 GESTÃO Ciclo de Palestras em Gestão Pública

29 GASTRONOMIA Bacalhau Confit com purê de batata-doce roxa e crosta de pinhão

30 MEU HOBBY Satisfação em ver a utilidade do trabalho

31 TURISMO

32 NOTÍCIAS

III SEMINÁRIO ASTEC
pág. 8

ASTEC 22 ANOS
pág. 20

Participe *da nossa revista!*

Envie artigos, notícias, sugestões e opiniões:
asteccomunicacao@gmail.com.br

Instruções para publicação de artigos:
www.astecpmpa.com.br

Revista da Astec v. 16, n. 39, dezembro de 2016 – ISSN 2317-6407
Publicação semestral da **ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (ASTEC)** - Fundada em 08 de junho de 1994

Rua Barão do Triunfo, 419/304
Bairro Menino Deus, Porto Alegre, RS, Brasil
(51) 3217-2921
atendimento@astecpmpa.com.br
www.astec.pmpa.com.br
www.facebook.com/astecpmpa

MISSÃO: Buscar a valorização profissional dos técnicos de nível superior do Município de Porto Alegre. **VISÃO**: Ser referência como entidade associativa eficaz na defesa dos profissionais de nível superior da Prefeitura de Porto Alegre. **VALORES**: Ética, credibilidade e transparência / Dedicação, responsabilidade e organização / Comprometimento, conhecimento e cordialidade / Respeito nas relações das diversas áreas profissionais.

GESTÃO 2015/2016
DIRETORIA EXECUTIVA Presidente Biól. Isabel Junqueira • **Vice-Presidente** Arq. Sonia Castro **Diretor Administrativo** Adm. Herni Michel **Diretor Financeiro** Eng. Civil Carlos Bernd **Diretor de Relações Trabalhistas e Sindicais** Téc. Com. Social Adroaldo Corrêa **Diretora Cultural** Bibl. Carmem von Hoonholtz **Diretora de Relações com Aposentados e Pensionistas** Arq. Josane Gauer

CONSELHO DELIBERATIVO Presidente Adm. Dione de Carvalho (Previmpa I) • **Vice-Presidente** Adm. Adalberto de Almeida (Previmpa I) **GP+GADEC+GADES+ INOVAPOA+SMGes+SMGL+SMPEO** Adm. Márcia C. da Silva **SMA+PGM+Previmpa A** Adm. Miguel Kuhn **SMS/IMESF** Eng.Ricardo Z. Pulvirenti, Enf. Lurdes Tura, Adm. Marco Macerata, Med. Vet. José Sangiovani, Fis. Anderson de Lima **SMAM+SEDA** Biol. Eduardo Olabarriaga, Eng. Alexandre Pereira (Suplente) **SMURB/ SPM+SMOV+EPTC/SMT+CMPA** Eng. Paulo Demingos, Arq. Paulo Loge **DEP** Eng. Edgar Eifler **Previmpa I** Eng. Sérgio Brum, Eng. João Nunes; Eng. Celso Lima, Cont. Ari Krasner **DMAE** Biól. Mariusa Colombo

CONSELHO FISCAL Presidente Adm. Margareta Baumgarten (Previmpa I), Econ. Marisa Pinho (Previmpa I), Adm. Adriana Paltian (SMF), Adm. Jardel Cunha (SMF – Suplente)

COMISSÃO EDITORIAL Presidente biól. Isabel Junqueira **Diretora Cultural** bibl. Carmem von Hoonholtz **Redação** jorn. responsável Ruvana De Carli (Reg. Prof. MTb/RS 5534)

CATALOGAÇÃO - DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) - BRASIL

R454 Revista da Astec - Vol. 6, n. 25 (maio 2009) – Porto Alegre, RS: Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, 2015.

Semestral.
Continuação a partir de 2009 de: Jornal Astec.
ISSN 2317-6407
Disponível na versão online.

1. Gestão pública municipal – Periódicos 2. Notícias - Porto Alegre 2. Trabalhos científicos – Porto Alegre. 3. Trabalhos técnicos – Porto Alegre. I. Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

CDU 352(816.51)(05)

Indexada no Sistema Pergamum – Catálogo Bibliográfico Online da Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre disponível em http://pergamum.procempa.com.br/biblioteca/index.php

Os artigo assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião da Astec.

Instruções para publicação de artigos: www.astecpmpa.com.br

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que seja citada a fonte.

Tiragem: 1.300 exemplares
Distribuição gratuita com circulação dirigida

Projeto, arte e edição: Stampa Comunicação Corporativa
www.stampacom.com.br • stampa@stampacom.com.br
(51) 3023.4866 • (51) 8184.8199

Banco de imagens: Fotolia e Shutterstock

Impressão: Ideograf

Confira os convênios que a Astec oferece
aos seus associados, em diversas áreas

ASSESSORIA JURÍDICA MÁRCIO PAIXÃO & ADRIANO BELTRÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3013-5855

BRASAS IDIOMAS
(51) 3028-1616

CABURÉ SEGUROS
(51) 2111-5300

CENTRO CLÍNICO GAÚCHO
(51) 3217-2921

CIA DOS ÓCULOS
(51) 3024-0852 / 3019-0852 / 3062-0852

CONDOTTA ASSESSORIA EMPRESARIAL & ADM. DE CONDOMÍNIOS
(51) 3241-0004

ESTÁCIO/FARGS
(51) 3214-1111 / 3341-2512

EVOLUTION - INSTITUTO DO ESPORTE E SAÚDE
(51) 2103-4630

FISIOLIFE
(51) 3312-2638

JANAÍNA PINTO GOULART – PSICÓLOGA
(51) 9256-5034

JULIANA CENTERCLIN
(51) 3013-6339

MINDS ENGLISH SCHOOL
(51) 3425-7800

MOTA ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3224.2454 / 3012.2434

SANTANA DE ABREU & LUBIANCA ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3019-5909 / 3321-1532

SOGIPA
(51) 3325-7327

STB – STUDENT TRAVEL BUREAU
(51) 4001-3000

UNIMED
(51) 3217-2921

CLÁUDIO ROBERTO TURISMO
Atendimento aos associados da Astec para viagens com as agências Rota Cultural, Moratti Turismo e Viajando com Tânia. Organiza viagens personalizadas. Confira as opções oferecidas ou peça assessoria para montar seu próprio roteiro consultando ***claudiorobertoturismo.blogspot.com.br*** ou contate Cláudio Roberto pelo celular (51) 9639-3265.

MAIS DETALHES
SOBRE OS CONVÊNIOS

www.astecpmpa.com.br | atendimento@astecpmpa.com.br | Secretaria da Astec (51) 3217-2921

Anna De Carli/CarliCom; montagem Raphael Brum

Diretoria executiva **2017/2018**

O processo eleitoral ocorrido de 28 de novembro a 6 de dezembro elegeu a 11ª diretoria executiva da Astec, com a Chapa 2, eleita para o biênio 2017/2018, sob o lema "Respeito e Valorização Profissional": a partir da esquerda, eng. civil Sandra Lúcia Laufer (GP), diretora Cultural; adm. Raul Federico Giacobone (DMAE), diretor Administrativo; eng. civil Adinaldo Soares de Fraga (Previmpa I), diretor de Relações com Aposentados e Pensionistas; enf. Lurdes Maria Toazza Tura (SMS), vice-presidente; eng. civil Sérgio Luiz Brum (Previmpa I), presidente; eng. agr. Pinto, diretora de Relações Trabalhistas e Sindicais. Ao todo, foram 205 votos para a diretoria executiva; 217 para o Conselho Fiscal e 226 para o Conselho Deliberativo, conforme as regras do Regimento Eleitoral.

PLANO DE AÇÃO

A seguir, você confere o Plano de Ação apresentado pela Chapa 2, que agora se constitui na nova diretoria executiva da Entidade.

- Fortalecimento da Astec por meio da ampliação do quadro social e das ações na defesa dos técnicos do município.
- Desenvolvimento de ações visando ao respeito aos Técnicos de Nível Superior do Município e à valorização do seu trabalho.
- Atualização do Estatuto Social e demais regulamentos da Astec.
- Realização de eventos como seminários, encontros e exposições, entre outros, visando à valorização do trabalho dos técnicos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).
- Premiação àqueles que se destacam na função pública, na defesa dos interesses da categoria e àqueles que se aposentam na PMPA.
- Indicação de técnicos do Município para premiações de conselhos regionais e sindicatos.
- Desenvolvimento de ações conjuntas com outras entidades de municipários, sindicatos profissionais e Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa).
- Desenvolvimento de reuniões com prefeitos, secretários e diretores na PMPA, buscando o atendimento das reivindicações da categoria.
- Desenvolvimento de ações visando à promulgação de um novo plano de carreira para os municipários.
- Promover eventos autossustentáveis, visando ao fortalecimento da Entidade para o enfrentamento das demandas da categoria.
- Aperfeiçoar os métodos e processos administrativos da Entidade para redução de custos operacionais.
- Efetivar convênios com entidades/empresas visando ao benefício dos associados.
- Dinamizar as formas de comunicação da Entidade com os associados, buscando o emprego dos recursos no atendimento das demandas dos associados.
- Lutar pela manutenção e melhoria da previdência municipal.
- Lutar pela melhoria do plano de saúde para os técnicos de nível superior.
- Lutar pela evolução das carreiras de nível superior, contemplando a especialização, o mestrado e o doutorado.
- Lutar contra a terceirização das atividades dos técnicos de nível superior.
- Lutar contra a indicação de pessoas sem formação ou com formação incompatível para os cargos técnicos de nível superior.
- Promover a discussão dos temas que afetam os profissionais de nível superior em cada área de atuação e com o governo.
- Atuar, em conjunto com os conselhos Deliberativo e Fiscal, na discussão dos temas da Entidade.
- Atuar na formação de grupos de trabalho com os associados, visando ao desenvolvimento de projetos e ações de promoção dos técnicos de nível superior do Município.
- Defender a categoria sempre que atacada pelo governo ou mídia, visando restabelecer a verdade dos fatos.
- Posicionar-se publicamente na defesa do trabalho dos técnicos de nível superior da PMPA, divulgando sua atuação e colaborando para a sua participação em encontros profissionais.
- Publicar trabalhos técnicos científicos de associados.

ENG. SÉRGIO LUIZ BRUM – PRESIDENTE
Engenheiro civil, graduado pela PUCRS, em 1982, é sócio fundador da Astec, onde já exerceu diversos cargos nos conselhos e diretoria. Foi conselheiro do Previmpa e, atualmente, é conselheiro do CREA-RS. Na Prefeitura, ingressou em 1972 e aposentou-se em 2011, tendo atuado na SMA, SPM e SMOV.

ENF. LURDES MARIA TOAZZA TURA – VICE-PRESIDENTE
Enfermeira, graduada pela Unisinos, em 1991, atua na Secretaria Municipal da Saúde (SMS), desde 1990. Conselheira da Astec em diversas gestões, desde 2005, nas gestões 2013/14 e 2015/16 atuou como representante do núcleo Astec-SMS, e foi membro da diretoria por duas gestões consecutivas: 2007/08 e 2009/10.

ADM. RAUL GIACOBONE – DIRETOR ADMINISTRATIVO
Administrador, graduado pela Unisinos, atuou no DMAE e DMLU. Foi diretor do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa), entre 2006 e 2016, tendo participado de diversas comissões e grupos de trabalho.

ENG. AGRÔNOMO IRINEU PEDRO FOSCHIERA – DIRETOR FINANCEIRO
Engenheiro Agrônomo, lotado na SMAM, na área de Arborização Urbana, trabalha há 10 anos na PMPA. Foi conselheiro e representante do Núcleo Astec-SMAM por duas gestões, tendo atuado como secretário do Conselho Deliberativo.

JULIANA MACIEL PINTO – DIRETORA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS E SINDICAIS
Enfermeira, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em enfermagem pela UFRGS. Ingressou na PMPA, na SMS, em novembro de 2011, onde atua como assessora de Planejamento.

ENG.SANDRA LÚCIA LAUFER – DIRETORA CULTURAL
Engenheira civil e economista, atuou como professora, na Faculdade de Economia da UFRGS. Foi conselheira da Astec e do CMDUA; exerceu os cargos de coordenadora da CGPEM e de supervisora na SMURB. Atualmente, trabalha no gabinete do vice-prefeito.

ADINALDO SOARES DE FRAGA – DIRETOR DE RELAÇÕES COM APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Engenheiro civil, graduado pela PUCRS, em 1985, é especialista em Saneamento Ambiental; foi diretor da Divisão de Águas do DMAE; diretor de Arborização, Praças e Jardins da SMAM e coordenador de Adutoras do DMAE.

CHAPA 1

Pela primeira vez na história da Astec, houve mais de uma chapa inicialmente inscrita para o pleito à diretoria executiva. A Chapa 1 teve a candidatura impugnada por duas razões: um dos integrantes não tinha o tempo mínimo de filiação exigido pelo Estatuto Social; e outro membro estaria concorrendo à reeleição para a diretoria executiva pela segunda vez, quando o Estatuto só permite uma reeleição consecutiva. Compunham a Chapa 1, com o lema "Agregação e Valorização Fazem a União": a adm. Rita de Cássia Reda Eloy (SMA), presidente; adm. Adalberto Pio de Almeida (Previmpa I); eng. Cleber Lemos Costa (SMF), diretor administrativo; aud. Contr. Int. Ari Krasner (Previmpa I), diretor financeiro; biól. Eduardo Olabarriaga (SMAM), diretor de Relações Trabalhistas e Sindicais; bibl. Carmem Maria Lapolli Von Hoonholtz (Previmpa I), diretora Cultural; adm. Margareta Baumgarten (Previmpa I), diretora de Relações com os Aposentados e Pensionistas.

COMISSÃO ELEITORAL

Os técnicos de nível superior agradecem, por intermédio da Astec, aos colegas que integraram a Comissão Eleitoral: adm. Eros Miguel Sadowoy Martins (SMS), que presidiu a Comissão; à enf. Rosane Terezinha Baltazar (SMS) e ao arq. Paulo Lima Loge (SMOV), que dispensaram seu tempo e dedicação em prol da realização dessas eleições, cuja quase totalidade dos votos foram exercidos via internet.

CONSELHO FISCAL

Por ordem decrescente do número de votos recebidos, foram eleitos para o Conselho Fiscal: adm. Adriana Nunes Paltian (SMF); econ. Rogério de Oliveira (Previmpa A) e o adm. Jardel de Borba Cunha (SMF).

CONSELHO DELIBERATIVO

Para o Conselho Deliberativo, foram eleitos os seguintes representantes de Núcleo:

Núcleo	Nome	Cargo
SMC + SME	Gabriel Russo Ferreira	Arquivista
SMS	Patricia Couto Wiederkehr	Enfermeira
PREVIMPA I	Herni Luiz Pinto Michel	Administrador
	Liege Mentz	Administradora
	Aires Antônio Oleas	Arquivista
	João Pedro Chaves Nunes	Engenheiro
	Maercio de Almeida Flores Cruz	Engenheiro
	Adroaldo Bauer Spíndola Corrêa	Técnico em Comunicação Social
PREVIMPA A + GP+GCS	Dalvin Gabriel Jose de Souza	Atuário
	Miguel José Torres Kuhn	Administrador
SMF	Pedro Aurélio Heffner	Administrador
PGM	Maria Erni Coutinho Marques	Arquiteta
SMED	Carmen Celinda Munhoz Padilha	Professora
SMA	Marcio Vedana	Administrador
	Suzana Reis Coelho	Psicóloga
FASC	Ênio Ricardo Dorvil Coelho	Engenheiro

Gestão, Precarização, Terceirização
e o Direito à Cidade

Fotos: Ruvana De Carli/CarliCom

A Astec realizou, no dia 14 de setembro, no Auditório do Senge, o **III SEMINÁRIO ASTEC** – Gestão, Precarização, Terceirização e o Direito à Cidade, que discutiu o tema a partir de diversos aspectos, com uma plateia de dezenas de técnicos. As apresentações sintetizaram o caminho do processo que, apesar do volume gigantesco de recursos consumidos, corrói o direito dos cidadãos a uma cidade capaz de oferecer qualidade de vida.

A presidente da Astec, biól. **Isabel Junqueira**, *ressaltou a importância do seminário para frear o esvaziamento do papel dos técnicos*

Dezenas de técnicos participaram do seminário que discutiu a cidade sob vários aspectos

Na abertura, a presidente da Astec, bióI. Isabel Junqueira, saudou os presentes e ressaltou a importância de iniciativas como os seminários realizados pela entidade na luta para frear o esvaziamento do importante papel exercido pelos técnicos de nível superior no município de Porto Alegre. Isabel destacou, também, que os efeitos devastadores do binômio precarização-terceirização vêm sendo denunciados pela Associação há muito tempo, como tem sido demonstrado em vários documentos, entre eles, a reportagem da Revista da Astec nº 26, de outubro de 2009.

O vice-presidente do Senge, Luiz Alberto Schreiner, saudou o seminário como uma iniciativa oportuna e essencial para a valorização do trabalho técnico. Os trabalhos foram conduzidos pelo diretor de Relações Trabalhistas e Sindicais da Astec, téc. em com. soc. Adroaldo Bauer Corrêa, que ressaltou que o encontro "é uma oportunidade para que os associados se encontrem, discutam questões inerentes à profissão, e, compreendendo a sua importância nesse contexto, estabeleçam a sua forma de participar e contribuir, por meio da Astec, com as questões dos técnicos e, em última instância, com a própria cidade".

O DIREITO À CIDADE

O evento iniciou com palestra sobre "O Direito à Cidade", ministrada pela arq. Maria Tereza Fortini Albano e o econ. Paulo Müzell de Oliveira. Tereza Albano apresentou o pensamento de diversos estudiosos sobre o que é a cidade, o contexto geral do Brasil e o processo mundial de inviabilização da qualidade de vida nos espaços urbanos por conta da sua mercantilização e da gestão inadequada decorrente da falta de planejamento. A arquiteta avaliou o Estatuto da Cidade, do ano de 2001, e defendeu a necessidade de, a partir da discussão de uma Nova Agenda Urbana (NAU), regulamentar esse estatuto. O economista Paulo Müzell de Oliveira afirmou que a Prefeitura de Porto Alegre tem bons fundamentos econômicos, como manter baixo o nível de endividamento. "Contudo o problema de como os recursos existentes são aplicados persiste", disse ele, apontando a necessidade de participação da sociedade na discussão sobre como destinar os recursos como uma das formas de gestão democrática, a exemplo que ocorria com o Orçamento Participativo (1989-2004).

O PONTO DE VISTA DO SANEAMENTO

A seguir, o direito à cidade do ponto de vista do saneamento foi enfocado pelo eng. Augusto Renato Ribeiro Damiani, do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), que apresentou um diagnóstico das causas da precarização dos serviços prestados pelo DEP, falou sobre a gestão do esgoto, da água, dos resíduos sólidos e das águas pluviais. Em suas considerações finais, Damiani elencou o que chamou de "Direitos da Cidade", entre eles, um planejamento sustentável e integrado dos serviços de saneamento e meio ambiente.

- Roteiros regionais ecológicos, rurais e culturais
- Destinos nacionais e internacionais
- Cruzeiros marítimos, fluviais e ainda ferroviários

Viagens temáticas com guias especialistas

ROTA CULTURAL®
TURISMO CULTURAL, RURAL & ECOLÓGICO

www.rotacultural.com.br | (51) 3348.1649 | rotacultural.turismo | rotacultural | (51) 98405.3627

PANORAMA AMBIENTAL

A apresentação do biól. Eduardo Delgado Olabarriaga, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), que é o representante do Núcleo Astec/SMAM no Conselho Deliberativo da entidade, versou sobre o panorama ambiental da cidade, mostrou os instrumentos de que dispõe a Secretaria para atender às demandas, e retomou os movimentos da Astec e do Senge em defesa de condições dignas de trabalho. Nas lâminas do biólogo, desfilaram imagens da falta de investimentos e das condições de trabalho em que atuam os servidores da pasta.

PERSPECTIVA DA SAÚDE

Acesso à Cidade na Perspectiva da Saúde foi o título da palestra da enf. Lurdes Maria Toazza Tura, da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), e conselheira da Astec, que apresentou dados do Conselho Nacional de Secretarias Municipais da Saúde. Esses números revelam, por exemplo, a queda na quantidade de profissionais municipalizados na saúde de Porto Alegre: dos 2.476, no ano de 1996, quando iniciou a municipalização da saúde, para apenas 625, atualmente – uma redução de 75%.

O DIREITO À EDUCAÇÃO

A professora Carmen Padilha, da Secretaria Municipal da Educação (SMED), diretora do Simpa, avaliou o direito à cidade do ponto de vista da educação como decorrente de um projeto macro de implantação do Estado mínimo e posto a serviço de interesses privados. Com uma experiência de quase duas décadas como professora estadual, antes de ingressar no magistério do Município, Carmen traçou um paralelo entre os dois sistemas, constatando que, em ambos os casos, a precarização das condições em que o serviço é prestado abre caminho para a terceirização. E, ao final, apresentou uma previsão alarmante: a de que o sucateamento da educação, que vem levando, gradativamente, à privatização até o nível básico, vai resultar em uma escolarização cada vez menos efetiva da população.

RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR X CONVENIÊNCIA DO GESTOR

Após uma pausa para o "Café com Cochichos", foi a vez do eng. Sérgio Luiz Brum, aposentado da SMOV, conselheiro da Astec e diretor do Senge, com a palestra Terceirização: Responsabilidade do Servidor e Conveniência do Gestor. Em sua apresentação, Brum compilou as dificuldades dos servidores em atender as demandas dos gestores com a obrigação dos gestores de viabilizar o atendimento da demanda e retribuir favores eleitorais.

Na sequência, o público pôde se posicionar, questionar os palestrantes e debater ideias. Após os comentários da mesa e as respostas, o seminário foi encerrado pela presidente Isabel, com a notícia de que as considerações do encontro seriam encaminhadas a todos os candidatos à Prefeitura de Porto Alegre. "Trata-se de uma contribuição dos técnicos e uma sinalização de qual é a Porto Alegre que os técnicos esperam ajudar a construir, onde se possa ter uma cidade mais justa, com menos desigualdade e mais qualidade de vida para todos os cidadãos", declarou.

A condução dos trabalhos ficou a cargo do diretor de Relações Trabalhistas e Sindicais, téc. em com. soc. **Adroaldo Corrêa**

O vice-presidente do Senge, **Luiz Alberto Schreiner**, *saudou o seminário como uma iniciativa essencial para a valorização do trabalho técnico*

A arq. **Maria Tereza Albano** *abriu a tarde com o painel "O Direito à Cidade"*

A carta foi publicada no site e no Facebook da Astec, bem como encaminhada aos candidatos à Prefeitura de Porto Alegre, nas seguintes ocasiões: no primeiro turno das eleições municipais; novamente no segundo turno; e, ainda, ao prefeito eleito, Nelson Marchezan Júnior.

A íntegra das apresentações das palestras desse evento você confere em www.astecpmpa.com.br/2016/09/15

No último bloco do seminário, a plateia questionou os palestrantes e se posicionou sobre os temas abordados

O econ. **Paulo Müzell** *deu sequência ao primeiro painel*

O direito da cidade a um planejamento sustentável e integrado foi defendido pelo eng. **Augusto Renato Ribeiro Damiani**

O biól. **Eduardo Olabarriaga** *apresentou a desestruturação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente como resultado da falta de investimento pelos sucessivos gestores*

A queda de 75% no número de profissionais municipalizados na saúde de Porto Alegre, desde 1996, foi indicada pela enf. **Lurdes Tura** *como fator de precarização do serviço prestado à população*

A prof. **Carmen Padilha** *abordou o direito à cidade do ponto de vista da educação*

O eng. **Sérgio Brum** *analisou a origem da terceirização na relação entre "Responsabilidade do servidor X Conveniência do gestor"*

A opção pela cidade inviável

Por Adroaldo Bauer Corrêa

"Não é verdade que os indivíduos possuem uma 'liberdade natural' prescritiva em suas tendências econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto, de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que na prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da economia que o autointeresse esclarecido sempre atua a favor do interesse público." *KEYNES, 19--? apud CORAZZA, 1985, p. 96*

Opções estratégicas de gestão costumam acarretar em repercussão estrutural. Se a opção é a precarização e o desmonte da estrutura de prestação dos serviços públicos, inviabiliza um determinado tipo de cidade, aquela que poderia atender prioritariamente os pobres e os necessitados da atenção do Estado, a maioria do povo. O tempo desta prática em Porto Alegre – já há uma dúzia de anos – atesta o quanto isto já é verdade histórica. Tal consequência aparece agora como justificativa plausível da incapacidade de prestação de serviços pelo Estado.

Sem muita margem à contestação, aparecem passos seguintes e necessários às terceirizações e privatizações dos serviços, à privatização de áreas essenciais de atenção como a Educação, a Saúde, a Assistência Social, a Água, o Saneamento, o Meio Ambiente, o Transporte Público. Tudo agora resta legitimado como opção séria.

O Estado tornado, assim, ineficiente, põe na ordem do dia o liberalismo, que se autojustifica na mera propaganda de que será melhor opção de gestão pública para atenção às demandas sociais via destinação dos recursos das verbas orçamentárias originadas em tributos impostos vários. Um estágio outro, sem muito controle público e pouca observância a referências técnicas sólidas de prestação dos serviços à comunidade, refratário e quase impermeável ao controle social.

Nosso III Seminário Astec – Gestão, Precarização, Terceirização e o Direito à Cidade, realizado em 14 de setembro deste ano, foi espaço de reflexão sobre formação, competência e adequação dos métodos e meios de trabalho para promoção da qualidade de vida (afinal, como destacado, "a cidade é o lugar em que se vive").

Técnicos municipais que realizamos os serviços públicos diariamente e acompanhamos essas modificações já históricas, algumas irreversíveis em seus danos, trocamos informações sobre a qualidade dos serviços devidos aos contribuintes e o direito à cidade, esses cada vez mais precários e seletivos no que concerne à produção e fruição pelos porto-alegrenses e visitantes.

Concluímos que, do ponto de vista da gestão pública, um projeto assim imposto não foi apenas um erro, uma escolha casual, mas decisão política planejada e posta em prática desde o espaço de poder, ainda que temporário, e agora em final de período.

O SERVIÇO PÚBLICO PARA A DEFESA DA CIDADE

"Muitos dos maiores males do nosso tempo são frutos do risco, da incerteza e da ignorância. É porque indivíduos específicos, afortunados em sua situação ou aptidões, são capazes de se aproveitar da incerteza e da ignorância e também porque, pela mesma razão, os grandes negócios constituem frequentemente uma loteria, que surgem as grandes desigualdades da riqueza; e estes mesmos fatores são também a causa do desemprego dos trabalhadores, ou a decepção das expectativas do empresariado, e da redução da eficiência e da produção. Entretanto, a cura reside fora das atividades dos indivíduos; pode até ser do interesse destes o agravamento da doença. Creio que a cura desses males deve ser procurada no controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central (...)." *KEYNES, 1978*

A continuada precarização dos serviços públicos onera o contribuinte com a transferência da renda pública a setores privados, ordinariamente os mesmos segmentos da produção da cidade historicamente melhor aquinhoados, quando não os únicos beneficiários da destinação de recursos tributários recolhidos do povo. Em todo o planeta há essa permanente tensão entre as populações e seus governos.

As recentes iniciativas de emendas constitucionais em nosso país, os atrasos de pagamento de salários no nosso Estado, traduzem essa disputa da renda originada em impostos e taxas, revelam o duro e desigual embate por menos ou mais recursos para políticas públicas ou para o lucro de rentistas e proprietários privados de negócios. Na essência, tornam-se tais políticas mecanismos de transferência à iniciativa privada da renda pública devida à prestação de serviços de qualidade à população.

A perda gradativa da memória científica e da capacidade técnica de execução, avaliação e fiscalização de projetos e ações decorrentes de políticas de desmonte assim continuadas tornam ainda mais dramáticas as condições de trabalho do quadro de pessoal remanescente. Deterioram-se aceleradamente as condições de prestação de serviços públicos de qualidade.

À previsível redução de pessoal por afastamento ou aposentadoria, à inexistente, lenta e insuficiente recomposição do quadro de pessoal somaram-se medidas financeiras imediatistas de estabilização de caixa. A redução generalizada da permissão do trabalho extraordinário, que atenuava em parte os efeitos do "choque de gestão", acrescentou peculiar gravidade ao quadro geral. Notória foi a carência de plantões em áreas estratégicas de defesa da cidade, notadamente na Saúde, na Educação, Assistência Social, Limpeza Urbana, Obras Públicas, Meio Ambiente.

A terceirização imposta pela precarização também resultou em contratação de serviços por custo maior e nem sempre qualificados, quadro agravado pela leniência ou mesmo falta de equipes públicas para fiscalização e gerenciamento habilitado das contratações de serviços vários.

Resultou acentuada a informalidade na gerência dos serviços, marginal às necessárias responsabilidades técnicas, que se aproximaram da incúria ao admitir, quando não impuseram, a direção política por gerentes comissionados ou contratados sem a exigida formação ou a necessária competência técnica para áreas estratégicas específicas.

ADROALDO BAUER CORRÊA
adroaldobauer@gmail.com
Técnico em Comunicação Social, aposentado do Gabinete de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito, jornalista, MtE nº 4126, Diretor de Relações Trabalhistas e Sindicais da Astec

A perda da capacidade técnica e do conhecimento acumulado sobre a gestão da cidade, a impossibilidade de identificação de suas fragilidades e de suas potencialidades magnificam custos de execução, oneram a manutenção, tornam inclusive ações corriqueiras ainda mais custosas, quando e se realizadas. Somos servidores do povo da cidade a quem o gestor eventual deve respeito ao trabalho para a realização de políticas públicas permanentes e serviços de qualidade crescente.

A cidade não está isolada do mundo, não é uma única no país em que a crise econômica e a disputa da renda pública foi agravada pela crise política mais geral em que se inclui o sequestro da democracia pela articulação parlamentar para imposição de projeto rechaçado nas urnas desde 2002. A reversão dos efeitos deste conjunto de crises também passa pela defesa do patrimônio do povo, pela garantia de qualificação dos serviços públicos, pela retomada da prestação de serviços de qualidade, pela disputa cada vez mais consciente e qualificada da renda pública, por enfrentar a precarização, pela recuperação e valorização dos serviços públicos municipais.

Urge que seja preenchida por concurso a cada vez maior quantidade de vagas abertas pelos mais diversos motivos nas secretarias e departamentos cujas finalidades são a prestação de serviços de qualidade devidos à população.

Urge que exista de fato em Porto Alegre um plano de carreira que preserve e promova cargos e salários dos servidores efetivos.

Os servidores públicos temos o dever deste alerta aos contribuintes porto-alegrenses em defesa do serviço público de qualidade, em defesa da cidade.

REFERÊNCIAS

CORAZZA, G. O caráter do Estado keynesiano. In: --. **Teoria econômica e estado (de Quesnay a Keynes)**. Porto Alegre: FEE, 1985. p 96.

KEYNES, J. M. O Fim do "Laissez-Faire". In KEYNES, J. M. (ed.) SZMRECSÁNYI, Tamás. **John Maynard Keynes**. São Paulo, Ática, 1978. p. 123-4.

SEMINÁRIO ASTEC – GESTÃO, PRECARIZAÇÃO, TERCEIRIZAÇÃO E O DIREITO À CIDADE, 3, Porto Alegre, 2016. Porto Alegre, 2016. Disponível em: http://www.astecpmpa.com.br/?s=seminario+astec. Acesso em: 17 nov. 2016.

Divulgação PMPA

Um planejamento de longo prazo

Por Renan Aguiar

O sistema de previdência surgiu na Alemanha, no final do século XIX. O chanceler Otto Von Bismarck, 1883, estabeleceu um seguro-doença, obrigatório. O sistema era financiado pelo empregado e empregador, tendo como objetivo protegê-los contra doenças. Mais tarde, em 1889, estendeu o benefício aos trabalhadores que atingissem os 70 anos de idade. Rapidamente o sistema se espalhou pela Europa. Já nos Estados Unidos, o movimento de previdência iniciou na mesma época, mas somente depois da Crise de 1929 (Grande Depressão), quando muitos trabalhadores com idade avançada ficaram desempregados, é que despertou a consciência pública da necessidade de garantir uma aposentadoria para aqueles que atingissem essa idade.

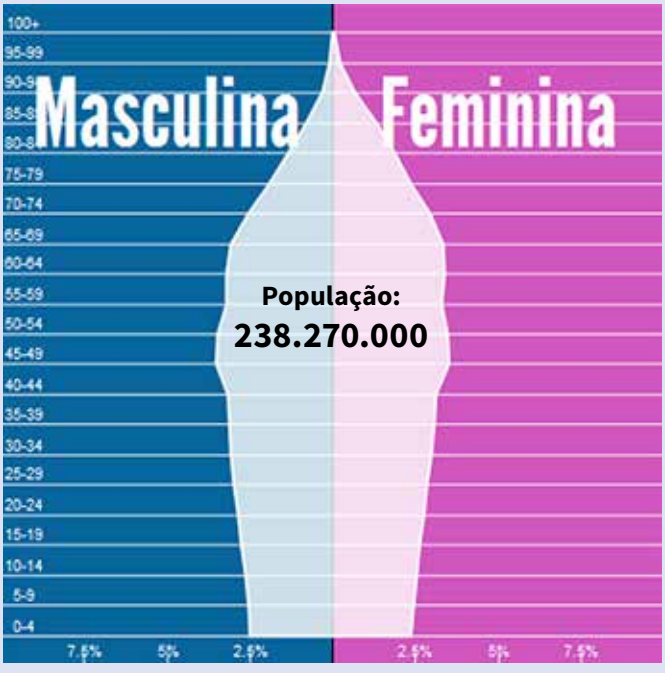
No Brasil, o marco da previdência foi o Decreto Federal nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, conhecido como Elói Chaves (seu autor), o qual determinou a criação de uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de cada empresa ferroviária, embora já existisse o Decreto Federal nº 9.912-A, de 26 de março de 1888, que regulamentava o direito à aposentadoria ordinária para os empregados dos Correios que atingissem os 60 anos de idade e contassem com trinta anos de serviço. Transcorridos mais de cento e vinte anos, o tema previdência continua sendo um dos maiores desafios do Brasil e do mundo.

AS CAUSAS DO DESEQUILÍBRIO DA PREVIDÊNCIA

Muitos fatores contribuem para o desequilíbrio nas contas da previdência, tanto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), quanto dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A literatura destaca, entre outros, a lógica da sustentabilidade econômico-financeira da previdência do RGPS, a desoneração na folha de pagamento de alguns setores, o endividamento público e as cíclicas crises financeiras. A lógica da sustentabilidade da previdência do RGPS se baseia na premissa que as contribuições dos ativos são suficientes para o pagamento dos benefícios previdenciários. Mas, para funcionar assim, seriam necessários, aproximadamente, cinco trabalhadores em atividade para cada um em inatividade. Entretanto, as projeções da pirâmide populacional brasileira, segundo o IBGE, demonstram justamente o contrário. Em 2050, cerca de 30% da população brasileira terá sessenta anos ou mais. *(gráfico 1)*

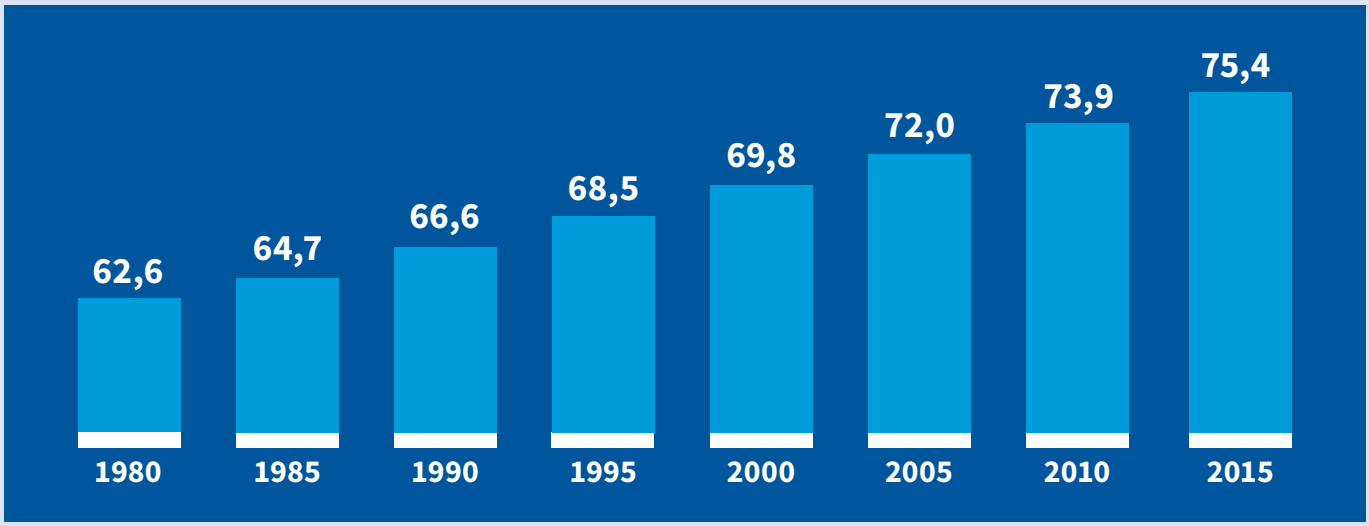
Muitos fatores contribuem para o desequilíbrio nas contas da previdência, tanto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), quanto dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Gráfico 1 – Brasil 2050



Fonte: do autor

Gráfico 2 – Esperança de vida ao nascer (em anos)



Fonte: do autor

Isso significa que, para cada trabalhador em atividade, poderá haver um aposentado. Em 2015, de acordo com o Relatório de Resultados do Governo Federal, o RGPS já apresentou déficit de R$ 85 bilhões. Além do envelhecimento da pirâmide populacional, outro fator que agrava o futuro da previdência é o aumento da expectativa média de vida dos brasileiros ao nascer, que não vem sendo acompanhado pela idade mínima de aposentadoria. O gráfico 2 mostra que a evolução da esperança de vida ao nascer dos brasileiros vem aumentando significativamente nos últimos trinta e cinco anos. A projeção do mesmo Instituto é que, em 2060, a expectativa de vida ao nascer suba para oitenta e um anos. *(gráfico 2)*

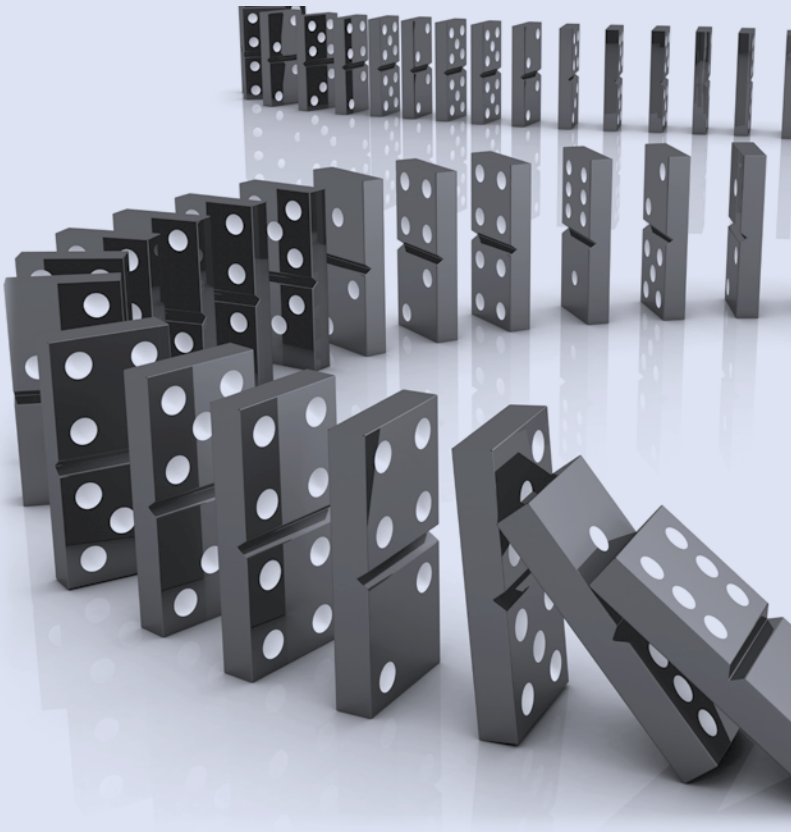
Também contribuiu para a citada crise a regra da Carta Magna de 1988, que ampliou significativamente os direitos e as coberturas das aposentadorias e pensões, sem a respectiva indicação das fontes de receita.

BUSCANDO CORRIGIR O RUMO DA PREVIDÊNCIA

Em 1998, buscando corrigir o rumo da previdência no Brasil, em especial a dos servidores públicos (apontada, na época, como a grande vilã), foi publicada a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Entre as alterações, destacam-se: o caráter contributivo para os servidores públicos, visando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência, a exigência de tempo de contribuição e não mais de serviço, a exclusão de tempo de contribuição ficto para a aposentadoria, o estabelecimento de novas regras para aposentadoria voluntária e proporcional. Possibilitou ainda que os entes da Federação instituíssem o Regime de Previdência Complementar (RPC) aos servidores públicos, para os valores que ultrapassassem o teto pago pelo RGPS. Em 2003, novamente houve significativas mudanças através da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Uma delas foi o caráter solidário do regime de previdência, o qual estendeu a contribuição aos aposentados e pensionistas para as remunerações que excedessem o teto do RGPS. Fixou, ainda, o teto de aposentadoria dos servidores públicos e acabou com os princípios da integralidade dos vencimentos e da paridade com os servidores ativos.

Outra mudança foi a limitação das pensões, na totalidade dos proventos do servidor falecido ou da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite. Por fim, determinou que o RPC, caso fosse instituído, deveria ser administrado por entidades fechadas de previdência complementar e somente com planos de benefício na modalidade de contribuição definida. Outras Emendas Constitucionais alteraram as regras da previdência dos servidores públicos, mas não modificaram significantemente a sustentabilidade do RPPS. Por exemplo, as Emendas Constitucionais nº 47/2005, 70/2012 e 88/2015. No Brasil, assim como ocorreu nos Estados Unidos, as mudanças também foram influenciadas pelos constantes debates sobre as diferenças entre o sistema de aposentadoria dos servidores da iniciativa privada e dos servidores públicos.

No Brasil, assim como ocorreu nos Estados Unidos, as mudanças também foram influenciadas pelos constantes debates sobre as diferenças entre o sistema de aposentadoria dos servidores da iniciativa privada e dos servidores públicos.



OS RESULTADOS DAS MODIFICAÇÕES

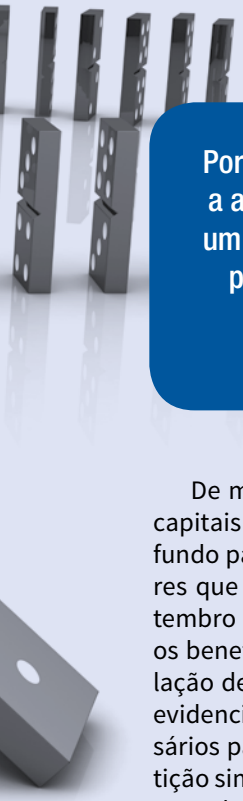
Tais modificações alteraram significativamente o modelo de previdência dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Também permitiu a instituição do RPC para os servidores públicos cujas remunerações ultrapassassem o teto do RGPS, na modalidade de contribuição definida. Apesar de essas alterações datarem de 2003, somente em 30 de abril de 2012, através da Lei Federal nº 12.618, a União instituiu o RPC para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, fixando os limites máximos de aposentadorias e pensões a serem pagos pelo RPPS o teto estabelecido pelo RGPS. A partir de então, outros estados brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia também instituíram o RPC. A previdência complementar adotada pela União, embora alardeada como solução para a previdência dos servidores públicos federais, não resolveu o problema, apenas abrandará o déficit. Segundo o antigo Ministério da Previdência, com a implementação da Previdência Complementar em 2012, o déficit atual de R$ 67 bilhões começará a reduzir somente no ano de 2043 e estabilizará no ano de 2080, em cerca de R$ 54 bilhões. O problema não é resolvido, principalmente, porque mais de 80% daqueles servidores recebem abaixo do teto do RGPS, e para isso não houve uma solução.

A previdência complementar adotada pela União, embora alardeada como solução para a previdência dos servidores públicos federais, não resolveu o problema, apenas abrandará o déficit.

A SOLUÇÃO DA PREVIDÊNCIA

A solução para a crise da previdência dos servidores públicos, segundo o autor, ocorreu com as Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003 e Lei Federal nº 9.717/98 e alterações, pois possibilitou que os RPPS adotassem como forma de financiamento o Regime de Capitalização, optando assim pela segregação de massas, que é a separação dos segurados em dois grupos distintos, definida por uma data de corte, sendo um grupo denominado de Plano Financeiro (repartição simples) e o outro de Plano Previdenciário (capitalizado). Essa segregação permite aos gestores dos RPPS reverterem a lógica da sustentabilidade financeira da previdência do RGPS, tão nociva ao sistema, em especial pelas mudanças demográficas e os outros fatores apresentados. Passando assim para uma lógica de acumulação de recursos e investimentos com o objetivo de formar reservas suficientes para a cobertura dos benefícios futuros.

A segregação também apresenta outros aspectos positivos, como a criação de uma nova fonte de receita, que são os rendimentos auferidos do patrimônio acumulado e a possibilidade de correção e ajustes no plano durante a sua acumulação. Infelizmente, o arcabouço jurídico não exigiu que os entes federativos realizassem a segregação de massas e a criação do Plano Previdenciário. Transcorridos mais de 18 anos, muitos entes não criaram o Plano Previdenciário, inclusive a União, outros tantos o criaram apenas nos últimos anos e terão árduos 30 anos pela frente até que os entes comecem a desfrutar dos benefícios do regime capitalizado.



Porto Alegre foi uma das primeiras capitais a adotar a segregação de massas, criando um fundo para o pagamento dos benefícios para os servidores que ingressaram na Prefeitura a partir de 10 de setembro de 2001.

De maneira feliz, Porto Alegre foi uma das primeiras capitais a adotar a segregação de massas, criando um fundo para o pagamento dos benefícios para os servidores que ingressaram na Prefeitura a partir de 10 de setembro de 2001. Conforme a Avaliação Atuarial de 2015, os benefícios para a Prefeitura Municipal e para a população de Porto Alegre, com a criação deste Plano, serão evidenciados a partir de 2027, quando os valores necessários para cobrir o déficit do plano financeiro de repartição simples (servidores que ingressaram antes de 10 de setembro de 2001) começarão a diminuir.

Igualmente, o Departamento de Previdência do Município de Porto Alegre (Previmpa), desde sua criação, tem qualificado o seu quadro de servidores com foco na gestão e no equilíbrio financeiro e atuarial do sistema de previdência. A gestão é realizada com base no planejamento estratégico, em que são definidos os objetivos institucionais, indicadores e metas do Departamento. A partir desse momento, os objetivos são acompanhados mensalmente pela Direção e lideranças da Autarquia. Em 2016, por meio desse modelo, são acompanhados os prazos médios dos principais macroprocessos do Departamento, que são: as concessões de aposentadorias, as concessões e pagamentos de pensões, os envios de requerimento de compensação previdenciária ao INSS e as averbações por tempo de contribuição. Em todos eles, nos últimos anos, o Previmpa vem diminuindo os tempos médios de execução.

Destacam-se, ainda, ações pioneiras como a realização de palestras previdenciárias aos segurados do Departamento, com foco na disseminação da cultura e responsabilidade previdenciária, assim como a realização de reuniões técnicas que envolvem os RPPS de vários municípios do Estado. Outra ação importante para a sustentabilidade do Departamento é a realização anual da prova de vida para todos os pensionistas segurados. Preocupação constante e não menos importante é a satisfação do atendimento realizado pela Autarquia junto aos seus segurados. Por fim, os excelentes resultados no desempenho da rentabilidade da carteira de investimentos têm garantido o atingimento da meta atuarial nos últimos anos, confirmando que estamos no caminho certo para uma previdência forte e sustentável.

RENAN AGUIAR
renan.aguiar@previmpa.prefpoa.com.br
Previmpa, administrador CRA/RS nº 32.885, especialização em Theory and Operation of a Modern National Economy pela George Washington University, em Washington/DC e em Gestão Pública pela UFRGS.
No Previmpa foi presidente do Conselho de Administração em 2015 e atualmente é Vice-Presidente e membro do Comitê de Investimentos. Mentor do Programa de Mentoring da ESPM/SUL e membro da Câmara de Gestão Pública do CRA/RS

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

COMMISSION, E. **Progress and key challenges in the delivery of adequate and sustainable pensions in Europe**. Brussels: European Union, 2010.

FELDSTEIN, M. **Privatizing social security**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

FORNERO, E.; SESTITO, P. **Pension systems**: Beyond Mandatory Retirement. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2005.

MCGILL, D.M., et al. **Fundamentals of private pensions**. New York: Oxford Universid Press Inc, 2005.

MITCHELL, O.S.; ANDERSON, G. **The future of public employee retirement systems**. New York: Oxford University Press Inc, 2009.

REIS, A. **Fundos de pensão em debate**. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

Seminário reflete sobre **saúde mental e ergonomia**

Fotos: Helena Rocha/PMPA

Os técnicos de nível superior, juntamente com servidores de diversos órgãos municipais, participaram do 7º Seminário de Saúde e Segurança no Trabalho, realizado no dia 09 de novembro, no Teatro Renascença. Com o objetivo de refletir sobre saúde mental, trabalho e aspectos psicossociais, bem como explanações sobre ergonomia, a atividade integrou a programação da 3ª Semana de Saúde e Segurança no Trabalho, realizada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), por meio de suas comissões de Saúde e Segurança no Trabalho (CSSTs).

Na abertura, foi apresentado um vídeo sobre a atuação de comissões da Prefeitura, atualmente constituídas em 22 órgãos municipais, nas quais os técnicos de nível superior do município desempenham papel essencial, contribuindo com ações educativas e de prevenção, em seus respectivos órgãos de exercício. Na sequência, o secretário-adjunto de Administração, Carlos Fett, destacou a necessidade de a prefeitura realizar melhorias nas estruturas dos ambientes de trabalho, bem como estudar medidas para diminuir o índice de absenteísmo, muitas vezes relacionado ao estresse e transtornos psicossociais.

Também se manifestou a coordenadora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, Fabiana Hermes, representando a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), sobre a importância do seminário para aproximar as comissões dos servidores. E a representante da Fundacentro, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Cristiane Paim, reiterou a disposição da entidade em contribuir na mobilização em prol de uma cultura preventiva no espaço público municipal.

A programação da manhã contou com a participação da psicóloga e pós-doutora em Psicologia Social Maria da Graça Jacques, que explicou a relação entre o trabalho e os sofrimentos psíquicos. Ela enfatizou a importância de as gestões atuarem em iniciativas que proporcionem um ambiente laboral adequado ao trabalhador tanto no aspecto físico quanto psicológico. Nesse sentido, ressaltou que fatores como a organização do trabalho, a integração social e interna entre os servidores, bem como o uso e aproveitamento de suas habilidades, são promotores da qualidade de vida no trabalho e contribuem com a diminuição do estresse e outros transtornos.

À tarde, houve um momento de exercícios de postura e alongamento, realizado pela Assessoria de Qualidade de Vida do Servidor Municipal (ASSEQVSM) da Secretaria Municipal de Administração. A seguir, o Grupo Teatral D'Angelis apresentou o esquete Dançando na Chuva!, que retratou, de forma humorada, um processo de conscientização sobre o conceito preventivo em saúde e segurança em um ambiente de trabalho.

Logo após, o doutor em Engenharia de Produção Marcelo Pereira da Silva abordou a contribuição da ergonomia para o trabalho, sugerindo iniciativas promotoras da otimização dos espaços laborais como forma de minimizar os afastamentos ocasionados por lesões causadas por esforços repetitivos (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (Dort). A programação contou, ainda, com momentos culturais, nos quais servidores voluntários realizaram apresentações musicais.

Projeto Postura e Alongamento

Esquete teatral Dançando na Chuva!

A coordenadora do Grupo de Representantes das comissões (GR/CSSTs), Martha Fehlauer Lauermann, destacou a contribuição do evento no fortalecimento do conceito de saúde e segurança no trabalho e anunciou o próximo desafio para 2017: a composição das novas CSSTs, por meio de eleições unificadas, para o biênio 2017/2018.

O seminário foi realizado com a contribuição dos técnicos de nível superior e demais servidores que integram o Grupo de Representantes das CSSTs da PMPA, com o apoio da Secretaria Municipal de Administração (SMA), por intermédio da Escola de Gestão Pública (EGP), da Assessoria de Qualidade de Vida do Servidor Municipal (ASSEQVSM) e da Supervisão de Recursos Humanos (SRH); da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), por meio da sua Gerência de Saúde do Servidor Municipal (GSSM); da Secretaria Municipal da Cultura (SMC); da Seção de Segurança no Trabalho do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU); da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa); e da Fundacentro, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Dicas de leitura na rede de bibliotecas da Prefeitura Municipal - abertas ao público

Visite e/ou associe-se às bibliotecas que mantêm acervo técnico e literário, bem como programações de eventos e ações que estimulam a leitura.

Disponíveis no sistema Pergamum – gerenciado por bibliotecários(as) na internet http://pergamum.procempa.com.br/biblioteca/index.php

Biblioteca Ecológica Infantil Maria Dinorah da Smam – Parcão
Tel. 3289.7519
biblioteca@smam.prefpoa.com.br

CARNEIRO, José Álvaro da Silva. **No reino de Araucarilândia**. Curitiba: J.A. da S. Carneiro, 2016. 56 p. ISBN 9788591697229.

Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) - Sede
Tel. 3289.7520 –
biblioteca@smam.prefpoa.com.br

CHOMENKO, Luiza; BENCKE, Glayson Ariel (Orgs.). **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: FZBRS, 2016.

Biblioteca da SMED
Tel. 3289-1853
biblioteca@smed.prefpoa.com.br

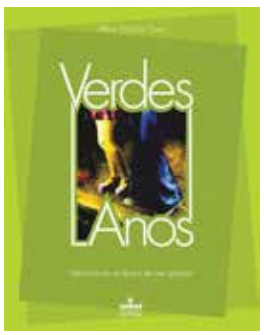
ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Nova edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. 198 p. ISBN 9788573026634.

Biblioteca da Escola de Gestão Pública da SMA
Tel. 3289.1019
biblioteca@sma.prefpoa.com.br

Geisler, Jill. **Como se tornar um ótimo chefe**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013. 240 p.

Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município (PGM)
Tel. 3289.1498
biblioteca@pgm.prefpoa.com.br

AMARAL, Guilherme Rizzo. **Comentários às alterações do novo CPC**. 2.ed. rev., Atual e ampl. São Paulo: Editora da Revista dos Tribunais, 2016.



Centro de Documentação e Memória Capitólio
Tel. 3289.7464
pesquisacapitolio@gmail.com

Acervo disponível para pesquisa local e visualização de filmes sob agendamento

TRUSZ, Alice Dubina. **Verdes anos**: memórias de um filme e de uma geração. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

Biblioteca Pública Josué Guimarães da SMC
Tel. 3289.8079
bibliot@smc.prefpoa.com.br

Esse livro foi um dos Finalistas do Prêmio do PMLL para financiamento de publicações infanto-juvenis.

CANEPELLE, Ismael. **O Negrinho do Guaíba**. Ilustrações Eduardo Nasi. São Paulo: Iluminuras, 2016.

Noite de festa e confraternização

A tradicional festa de aniversário que comemorou os 22 Anos da Astec aconteceu no Restaurante Panorama, prédio 40 da PUCRS, na noite de 14 de outubro. Boa comida e a boa bebida acompanharam a alegria dos associados que, junto com suas famílias e amigos, dançaram noite adentro, aproveitando um cardápio eclético de estilos musicais.

Os aposentados homenageados, a partir da esquerda, arq. Cristiane Gross, eng. Maércio Cruz, eng. Márcia Rodrigues Dias, adm. Herni Michel e bibl. Carmem Lapolli von Hoonholtz

Neste ano, cinco associados que se aposentaram recentemente foram agraciados com o Astequito, troféu concedido pela Astec aos associados que se retiraram da atividade laboral, entre julho de 2015 e junho de 2016, como reconhecimento pela dedicação à carreira no serviço público e ao trabalho em prol da sociedade porto-alegrense: arq. Cristiane Gross, eng. Maércio Cruz, eng. Márcia Rodrigues Dias, adm. Herni Michel e a bibl. Carmem Lapolli von Hoonholtz.

Em seu discurso, a presidente da Astec, bióloga Isabel Junqueira, agradeceu a colaboração de todos, relembrou os desafios enfrentados e as realizações da Associação ao longo dos últimos quatro anos em que essa diretoria esteve à frente da Astec, por duas gestões, e convidou todos a refletirem sobre a importância de dedicarem uma parte do seu tempo à entidade e buscarem a renovação de seu quadro social.

Fotos: Eduardo Lange

Diretoria Executiva 2015/2016: biól. Isabel Junqueira – presidente, téc. com. Adroaldo Corrêa – diretor de Relações Trabalhistas e Sindicais, arq. Josane Gauer – diretora de Relações com os Aposentados, arq. Sônia Castro – vice-presidente, adm. Herni Michel – diretor Administrativo, bibl. Carmem Von Hoonholtz – diretora Cultural, eng. Carlos Bernd – diretor Financeiro

Biól. Isabel Junqueira, presidente da Astec, e os adm. Dione de Carvalho e Adalberto Pio de Almeida, presidente e vice-presidente do Conselho Deliberativo, com os associados adm. Rita Eloy, à esquerda, e Valter Lemos, presidente do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, no centro

Adm. Margareta Baumgarten, presidente do Conselho Fiscal, e conselheiro eng. Sérgio Brum

Presidente Isabel com a procuradora Maria Angélica Freitas da Silva, diretora Institucional da Associação de Procuradores do Município de Porto Alegre

Uma prova de **progresso brasileiro**

Por Dione Borges de Carvalho

> *"O progresso é realizado pelos homens que fazem e não pelos que discutem de que maneira as coisas não deveriam ser feitas*
>
> *Franklin D. Roosevelt – 32º Presidente dos EUA (1933-1945)*

O mundo passa por transformações importantes. A globalização acelerou demandas e serviços, e com isso, os conflitos se multiplicaram. A justiça estatal, com excesso de causas de toda a ordem, leva até dez anos para liberar uma sentença. O acesso à Justiça é problema para muitos cidadãos brasileiros. Celeridade nos processos e confidencialidade são problemas para muitos empresários. Imprimir legislação de cunho mais liberal e menos engessado era temido por muitos.

Enquanto os embates se sucediam, o movimento universal de acesso à Justiça veio caminhando devagar, tomando forma, se instalando. Mas, no poder central, como disse José Carlos Magalhães, a realidade era pouco liberal: "– Ao que parece, é a tendência de ver no Estado a autoridade suprema e única capaz de resolver litígios que têm constituído obstáculos à criação de mentalidade propícia à solução de controvérsia por meios privados".

A luta foi de muitos homens e mulheres de visão estratégica, de políticos e empresários que se empenharam e ainda se empenham no estudo, na militância, para que o Brasil pudesse adotar novas práticas que atendam às necessidades dos tempos contemporâneos. E aos poucos começa a tomar forma o conceito da autonomia da vontade das partes.

Da aprovação da Lei da Arbitragem, Lei Federal nº 9307, de 23/09/1996, até a aprovação da nova Lei de Arbitragem, Lei nº 13.129, de 26/05/2015, e Lei de Mediação, Lei Federal nº 13.140, de 26/06/2015, bem como as alterações necessárias no Código de Processo Civil – Lei nº 13.140, de 13/03/2015, passaram-se dezenove anos.

A JUSTIÇA

As alterações do Novo Código de Processo Civil (2015), a Lei de Mediação e as alterações introduzidas na Lei de Arbitragem no ano de 2015 para o acesso à Justiça têm levado organismos estatais a novos desafios. Muitos avaliam que o Judiciário ainda não aceita a nova legislação.

A justiça estatal, com excesso de causas de toda a ordem, leva até dez anos para liberar uma sentença. O acesso à Justiça é problema para muitos cidadãos brasileiros. Celeridade nos processos e confidencialidade são problemas para muitos empresários.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o órgão responsável pelas políticas públicas na área de mediação e arbitragem, já admite que o Brasil precisa do mercado privado e passou a capacitar operadores, criou o Cadastro Nacional de Mediadores e reconhece que o principal desafio, hoje, é a importância de os magistrados confiarem nos mediadores, e que estes sejam vistos como aliados do sistema de Justiça. Outro desafio é garantir que a pedagogia da mediação seja realmente respeitada e mantida e que ela seja, de fato, transformadora e garantidora da recuperação dos relacionamentos e de paz.

Da aprovação da Lei da Arbitragem, Lei Federal nº 9307, de 23/09/1996, até a aprovação da nova Lei de Arbitragem, Lei nº 13.129, de 26/05/2015, e Lei de Mediação, Lei Federal nº 13.140, de 26/06/2015, (...) passaram-se dezenove anos.

A MEDIAÇÃO

A mediação é um método para solucionar conflitos aproximando as partes e é praticada já antes do Direito Romano. Para regulamentá-la, foi introduzido artigo específico no Código Civil Brasileiro e aprovada a Lei de Mediação. Seu objetivo é promover a interação entre as partes, recuperar o relacionamento e ajudá-las, por meio de um terceiro neutro, a chegarem a um acordo. A mediação é transformativa e restaurativa e tem como princípios a imparcialidade, a credibilidade, a confidencialidade, a autocomposição (partes têm autonomia para escolha do mediador e para decidir sobre a solução sem interferência externa), a voluntariedade (partes são livres para participar), a autonomia (solução leva em conta o interesse das partes), é colaborativa e célere. Partindo-se do pressuposto de que quem procura mediação não quer protelar, mas acelerar a solução, boa-fé é indispensável.

A mediação requer comprometimento das partes em construir alternativas de solução e em cumprir esse acordo. Logo, a mediação é utilizada quando houver interesse e boa-fé, quando é necessário agilidade na solução, quando há falta de comunicação assertiva, quando requer sigilo, quando é importante manter as relações e quando tem a necessidade de um terceiro neutro para auxiliar as partes.

A mediação requer comprometimento das partes em construir alternativas de solução e em cumprir esse acordo. Logo, a mediação é utilizada quando houver interesse e boa-fé, quando é necessário agilidade na solução, quando há falta de comunicação assertiva, quando requer sigilo, quando é importante manter as relações e quando tem a necessidade de um terceiro neutro para auxiliar as partes.

A mediação não pode ser usada quando houver desequilíbrio de poder, falta de compromisso, má-fé, ou se a solução não depender da vontade das partes. Pode ser empregada para resolver questões empresariais e comerciais, familiares, escolares, trabalhistas, relações de consumo, ambientais, comunitárias. No meio empresarial, pode ser utilizada nas questões societárias, comerciais, consumeristas, trabalhistas, intraempresariais.

Para o alcance dos objetivos na mediação, é necessário se capacitar. Conhecer as técnicas empregadas, aprimorar a escuta e a equidade, em prol da transformação de posições rígidas em opções construtivas. O Rapport é uma técnica importante de procedimento, que permite a conquista de relação de confiança mútua entre mediador e as partes, e visa estabelecer canal de comunicação aberto e franco para construir empatia capaz de estimular as partes a falarem sobre o conflito em questão. O tom de voz do mediador e o ambiente também são aspectos importantes no processo.

O mediador deve dominar a técnica da comunicação assertiva, que visa converter o conflito em situação harmônica e consensual. Por meio do diálogo, com perguntas abertas e objetivas, ele cria oportunidades para conhecer as posições e os interesses verdadeiros das partes e, obedecendo a etapas, busca construir acordo promovendo a pacificação do conflito de modo a satisfazer os interesses e as necessidades das partes. É impróprio fazer julgamentos, persuadir, aconselhar, ser protetor, ordenar, desacatar, maximizar, minimizar ou moralizar. E, se perceber ocultação de fatos ou respostas evasivas, o mediador deverá utilizar a técnica do Caucus, ou diálogo individual.

O MEDIADOR

O papel do mediador é de facilitador do diálogo e da negociação entre as partes. Suas intervenções devem aliviar as tensões e desarmar as partes. Deve promover a comunicação construtiva capaz de explorar vários ângulos do conflito, garantir a ordem, fomentar o debate objetivo e proveitoso, guiar as partes com vistas ao acordo, ajudar na compreensão das explanações e evitar que as emoções negativas interfiram, reforçando a ideia de que mediação é meio pacífico de solução. Deve aplicar sempre os procedimentos, cujas características são flexibilidade, celeridade e ausência de formalidade, planejando estratégias para cada fase. Quanto à conduta do mediador, esta deve ser de imparcialidade, neutralidade, prudência, diligência, confidencialidade, confiança, competência e clareza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução dos Métodos Extra-Judiciais de Solução de Conflitos – MESCs é a confirmação de mudanças, de uma revolução, ainda que lenta, no pensamento e no comportamento dos brasileiros. A UNESCO já em 1998 proclamou o decênio 2001/2010 – decênio internacional da promoção de uma cultura de não violência e da paz em proveito das crianças do mundo.

Embora um pouco mais lento, o Brasil, aos poucos, está fazendo a sua revolução, revendo crenças cristalizadas, como a que afirma que "para um ganhar o outro tem de perder", e vamos aprendendo sobre a importância da cultura de paz, sobre autorresponsabilidade, sobre autonomia da vontade, sobre como isto tudo impacta na vida e na sociedade de forma positiva e que procedimentos foram criados para colocar em prática esses conceitos. Assumir a responsabilidade por suas escolhas e não terceirizar seus direitos, eis os desafios que ainda serão necessários enfrentar para incorporar na vida prática do cidadão brasileiro os MESCs, entendendo que, na maioria dos conflitos, a mediação pode ser mais simples e mais barata do que a Justiça Estatal.

Embora um pouco mais lento, o Brasil, aos poucos, está fazendo a sua revolução, revendo crenças cristalizadas, como a que afirma que "para um ganhar o outro tem de perder", e vamos aprendendo sobre a importância da cultura de paz, sobre autorresponsabilidade, sobre autonomia da vontade (...)

Ruy Barbosa, em "Cartas do Solitário" diz "que o governo seja só governo. Que distribua a Justiça, mantenha a ordem e puna o crime. Arrecade impostos, represente o País mas que não substitua a sociedade... Para nós só há uma política possível, um dever culto: melhorar a sorte do povo".

E assim, com as mudanças da legislação, especialmente em 2015, podemos dizer que o desejo de Ruy Barbosa está sendo atendido: "a Justiça foi distribuída", restaurado o direito de cada cidadão de ser protagonista de sua história, podendo escolher, pela mediação, resolver seus conflitos. A mediação é uma prova de progresso brasileiro.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CURSO de Mediação e Negociação Empresarial agosto de 2016. Porto Alegre: CRA-RS, 2016. Nota: Em convênio com a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE).

MUNIZ, P. R. G. **Operação Arbiter**: a história da Lei 9307/96 sobre a arbitragem no Brasil. 2ª ed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2016.

SEMINÁRIO DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO DO MERCOSUL, 1, Canela, RS, 1999. **Conferências produzidas**. Porto Alegre: Organização Latino-americana de Administração; CRA-RS, 1999.

DIONE BORGES DE CARVALHO
didecarvalho@bol.com.br
Administradora aposentada, DMAE,
CRA- RS 4474, Vice-Presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem do CRA-RS e Presidente do Conselho Deliberativo da Astec

Na mesa, a partir da direita, os administradores Rita Eloy, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Valter de Lemos, presidente do CRA-RS, e Márcio Vedana, coordenador em exercício da EGP

Ciclo de Palestras em Gestão Pública

Gestão no setor público é um dos temas cruciais da atualidade. Com vistas a colaborar com o desenvolvimento de discussões sobre o assunto, a Astec somou-se à iniciativa do CRA-RS, por meio de sua Câmara de Gestão Pública, em parceria com a Escola de Gestão da Secretaria Municipal da Administração de Porto Alegre e com o TCE-RS, divulgando o evento em suas mídias e convidando seus associados a participarem.

Por Rita de* Cássia *Reda Eloy
Fotos: Rafaela Johann/Usina de Notícias/CRA-RS

A 3ª edição do Ciclo de Palestras em Gestão Pública, que contou com o apoio da Astec na forma de divulgação aos seus associados, foi idealizada, pela Câmara de Gestão Pública do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS), em parceria com a Escola de Gestão Pública (EGP) da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Em 2016, o evento buscou trazer assuntos relevantes referentes à boa gestão pública na atualidade, visando à maior profissionalização dos servidores, em diversos segmentos da Administração Pública, com a apresentação de *cases* que já foram implantados e tiveram resultados de melhoria consideráveis. Diversos órgãos públicos, por intermédio dos seus servidores de carreira, mostraram exemplos de projetos e ações de modernização administrativa que trouxeram melhores resultados institucionais para suas estruturas internas e para a sociedade, com progressos efetivos dentro do setor público, seja na redução do tempo de tramitação de expedientes administrativos; na redução de custos; na melhor satisfação interna dos servidores ou, ainda, na transparência e combate à má-conduta profissional, por meio da adoção de *compliance*, que são normas legais e regulamentares, políticas e diretrizes que precisam ser cumpridas pelas organizações, com o intuito de evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer.

O público-alvo dessa 3ª edição do Ciclo de Palestras foram os administradores públicos e os estudantes de Administração, bem como todos os servidores públicos de diversos órgãos. O evento iniciou no dia 24 de outubro, na PMPA, e culminou no dia 27, com o "CRA Recebe Especial", realizado na sede do CRA-RS. Oportuno destacar que a escolha da data foi uma homenagem ao Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro.

RITA DE CÁSSIA REDA ELOY
rita@smf.prefpopa.com.br
Administradora, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, CRA/RS nº 10.610, pós-graduada em MBA Gestão de Pessoas – FGV, aluna da Pós-graduação em Administração de Empresa/FGV. Foi gestora e Coordenadora-Geral Diretiva da Secretaria Municipal de Administração.

Astec presente ao "CRA Recebe Especial"

A diretora Cultural da Astec, bibl. Carmem Lapolli Von Hoonholtz, representou a Entidade no CRA Recebe Especial, no dia 27 de outubro, na sede do Conselho Regional de Administração do RS. Carmem destacou a parceria da Astec, com o apoio à divulgação da 3ª edição do Ciclo de Palestras em Gestão Pública – 2016, promovida pelo Conselho, em conjunto com a Escola de Gestão, como mais um investimento da Associação em eventos de interesse dos técnicos de nível superior, e ressaltou a relevância e a diversidade de temas abordados para a atualização dos servidores.

Rafaela Johann/Usina de Notícias/CRA-RS

1º dia: *Case* Gestão e Qualidade na Área Pública

No primeiro dia (24/10), sob o tema Gestão e Qualidade na Área Pública, foram ministradas três palestras. O primeiro *case*, apresentado pelo econ. Leonel Drum, coordenador executivo do Gespública (Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização Núcleo Estadual do RS), foi sobre "Qualificação no Setor Público através de Critérios de Excelência" e abordou modelos de gestão utilizados para avaliar as organizações públicas, os quais são idênticos aos utilizados pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). A FNQ, por sua vez, utiliza critérios reconhecidos internacionalmente, como o Malcolm Baldrige National Quality Award, nos Estados Unidos; o European Quality Prize (EQA), na Europa; o Deming Prize, no Japão; entre outros programas mundiais de qualidade, que visam à melhoria da gestão pública. Essa melhoria pode ser alcançada por meio do atendimento aos requisitos de determinados critérios, que buscam implantar ações e planos de melhorias de gestão. Drum apresentou também o Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP), que representa a principal referência a ser seguida pelas instituições públicas que desejam aprimorar constantemente seus níveis de gestão. Como todo modelo de gestão, o MEGP contém diretrizes expressas em seus critérios de excelência, sendo os critérios de 01 a 07, para avaliar as práticas gerenciais (1- liderança/governança; 2- estratégias e planos; 3- cidadão usuário; 4- interesse público e cidadania-sociedade; 5- informação e conhecimento; 6- pessoas; 7- processos) e o critério 08, uma análise dos resultados de indicadores decorrentes de tais práticas. Para complementar o modelo, podem ser inseridas outras técnicas e tecnologias de otimização de sua aplicação (como, por exemplo, a Carta de Serviços ao Cidadão; o Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – Pesquisa Gov; o Guia de Gestão de Processos; o Guia de Simplificação Administrativa; e o Instrumento de Autoavaliação da Gestão, todos implantados com sucesso nas organizações que adotaram o modelo).

Na sequência, o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul apresentou o *case* "Gestão Estratégica de Pessoas", com a mudança de paradigma de um setor de Recursos Humanos (gestão de pessoas) mais operacional para um setor de Recursos Humanos mais estratégico. Os auditores públicos externos, econ. Carina L. Francceschini e adm. Lucas Flores, demonstraram as ferramentas que utilizaram e alguns exemplos práticos, tais como a adoção da ISO 9001; capacitações dos gestores; e a escolha da seleção por competências para as lotações dos servidores após o ingresso no TCE, buscando em um banco de dados de "talentos da casa", aonde tem o perfil de cada servidor do TCE num sistema informatizado, ou procurando realocar, algum servidor conforme o seu perfil (conhecimentos, habilidade e atitudes), nos locais mais adequados (quer seja na sede, em Porto Alegre, ou em um dos nove Serviços Regionais, no Estado), visando o interesse desse servidor e da Instituição. Na Pesquisa de Clima Organizacional, realizada anualmente, verificou-se que o índice de satisfação dos servidores com a sua lotação é em torno de 80%. Este processo é todo on-line e transparente. Citaram, ainda, outros projetos do TCE para qualificar a gestão de pessoas, como o Programa de Mentoria e o Programa Aprendendo a Recomeçar, entre outros, que foram premiados inclusive em nível internacional, pela Federación Interamericana de Asociaciones de Gestión Humana (FIDAGH).

O último *case* do primeiro dia foi apresentado pela adm. Elisete dos Santos, que tratou das ferramentas da qualidade adotadas no Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O DMAE mostrou toda a sua trajetória e o começo do processo, iniciado em 2006, de gestão da mudança, no qual a alta direção do órgão promoveu e foi a patrocinadora da adoção de novas ferramentas da qualidade. Mostrou a importância de um planejamento estratégico bem estruturado e bem acompanhado e, ainda, do papel dos gestores no processo de mudança de cultura interna, no qual foram adotados, por exemplo, a ISO 9001; a avaliação de desempenho dos gestores; a divulgação de resultados; Dia da Excelência; Sistema de Reconhecimento de Talentos Internos; metodologia 5S (*Seiri* = utilização; *Seiton* = arrumação; *Seiso* = limpeza; *Shitsuke* = disciplina; *Seiketsu* = higiene; base para a implantação do Programa de Qualidade Total).

2º dia: *Cases* Gestão por Processo Eletrônico – Ferramentas de Desburocratização do Setor Público

No segundo dia (25/10), o tema foi Gestão por Processo Eletrônico – Ferramentas de Desburocratização do Setor Público. O primeiro *case*, apresentado pelo adm. Luiz Escosteguy, demonstrou que para a implantação do processo no Ministério Público do RS foi utilizado o paradigma de permanência dos servidores na zona de conforto com possibilidade de uso do sistema dentro de sua realidade, o que exigiu o uso de um sistema muito complexo. Para isso, foram realizadas várias entrevistas e reuniões de alinhamento para se conhecer a necessidade dos usuários e constituir um sistema mais acessível.

O segundo *case*, apresentado pelo adm. Paulo Iser, demonstrou que no início do processo, na PMPA, em 2011, não houve muita aceitação e que somente em 2013 ocorreu um maior entendimento e adesão de todos os órgãos envolvidos, o que propiciou uma melhor logística e acesso à ferramenta. No entanto, o palestrante destacou que foi necessário trabalhar a cultura organizacional e as capacitações para maior adesão dos servidores. Iser também demonstrou a economia advinda desse projeto e a redução do tempo de tramitação dos expedientes. Comentou que, atualmente, o foco está nos processos externos.

No *case* do Detran, o adm. Anderson Barcellos recordou como era a situação manual antes da implantação do processo eletrônico e os retrabalhos a que os servidores eram submetidos, bem como os gastos com impressões de papéis, mas afirmou que o processo atual ainda precisa avançar para atingir mais os cidadãos (público externo).

O bel. em Direito Fábio Silveira, na apresentação do *case* do Tribunal Regional Eleitoral, comentou que a mudança de paradigma que ocorreu naquele órgão foi a partir da reestruturação, contou com o ingresso de novos profissionais e de formações multidisciplinares, incluindo, além do Direito, a entrada de administradores. Essas alterações, ocorridas no final de 1990, trouxeram uma visão de planejamento estratégico e outras ferramentas, o que propiciou uma mudança na gestão daquele órgão. Silveira destacou que foi preciso uma decisão mais enérgica para implantar o novo sistema eletrônico, pois a resistência cultural era considerável naquele momento, mas a mudança era necessária para a modernização do Tribunal.

3º dia: Palestras "Gestão Previdenciária – Novas Tendências" e "Novos Desafios da Gestão Pública na Atualidade"

No terceiro dia (26/10), foram ministradas duas palestras. Na primeira, acerca da "Gestão Previdenciária – Novas Tendências", o adm. Renan Aguiar, do Previmpa, e membro da Câmara de Gestão Pública do CRA-RS, apresentou o histórico da previdência, sua situação Brasil e no mundo. Ele fez um relato das principais legislações e sua evolução ao longo do tempo e, ainda, abordou as boas práticas adotadas no Previmpa.

Na segunda palestra do dia, o adm. Júlio César Lopes Abrantes, da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, da Prefeitura, e membro da Câmara de Gestão Pública, demonstrou os novos desafios da gestão pública na atualidade. Destacou a importância do servidor público, em especial, os administradores, que, segundo ele, devem ser agentes de mudança, com uma postura mais proativa na resolução de problemas cotidianos da cidade. Abrantes ressaltou o ideal de uma atuação mais técnica, também tendo em vista o marco legal e o marco político, aspectos nos quais, muitas vezes, o servidor não consegue incidir. O palestrante falou, ainda, nas novas competências exigidas pelos gestores públicos na atualidade, principalmente para aqueles que desejam ocupar a alta administração na esfera pública, e sobre como é necessário que esses detenham o conhecimento da Ciência da Administração. Júlio Abrantes mencionou aspectos dos controles sociais, portais de transparências, sistemas de *compliance*, para a boa governança pública ocorrer.

4º dia: CRA Recebe Especial

O fechamento da semana ocorreu na manhã do dia 27/10, com o CRA Recebe Especial, quando a procuradora-geral do Município de Porto Alegre, Cristiane Nery, abordou o tema da "Lei Anticorrupção e sua Aplicabilidade no Setor Público através de *Compliance*". Ela abordou a origem dos registros de corrupção na história, desde a Antiguidade até os dias atuais, com destaque de algumas situações de combate à corrupção verificadas nos países mais desenvolvidos, como EUA e Itália, entre outros, além dos principais registros e marcos regulatórios importantes ocorridos em outros países, que evoluíram a partir de experiências negativas, adotando medidas punitivas aos agentes políticos e servidores públicos que efetuassem a corrupção, tanto corruptores como corrompidos. A procuradora-geral apresentou a legislação que rege a matéria no Brasil e trouxe exemplos recentes de como a Procuradoria-Geral, junto com outros órgãos da PMPA, tem conseguido combater a corrupção com a prática de *compliance*, destacando casos de demissão e devolução de valores, a partir de 2013. Cristiane Nery falou, ainda, sobre a importância de rever fluxos e o redesenho de trabalho, bem como do controle interno, que precisar de autonomia para agir.

O objetivo central do evento foi trazer à luz boas práticas e dar ciência e esclarecimento dos temas centrais da boa gestão pública na atualidade, para propiciar aprendizado e troca de experiências aos servidores públicos, bem como para auxiliar na adoção de novas ferramentas de gestão.

Todas as palestras estão disponíveis no site: www.crars.org.br/cgp

Foto Walcyr Mattoso

BACALHAU CONFIT COM PURÊ DE BATATA-DOCE ROXA E CROSTA DE PINHÃO

INGREDIENTES

- 4 postas de lombo de bacalhau limpas, sem pele e dessalgadas.
- 750 ml de azeite extravirgem.
- 1/2 cebola, 2 folhas de louro e 1 dente de alho.
- 10 pinhões cozidos e descascados.
- 4 batatas-doces roxas.
- 1/3 de xícara (chá) de iogurte natural.
- Noz-moscada.
- Sal e pimenta do reino branca, moída na hora.

WILSON CANTES
wcantes@gmail.com
Engenheiro na Secretaria Municipal da Fazenda. Coordenador do Curso de Novos do União Cooks – Grêmio Náutico União (GNU)

MODO DE PREPARO

Para confitar o bacalhau disponha as postas em uma panela grossa, coloque o azeite até o bacalhau ficar totalmente submerso (dois dedos acima das postas), coloque a cebola, as folhas de louro e o dente de alho. Leve a panela ao fogo mínimo para cozinhar a uma baixa temperatura (67º), por um período de 45 minutos. Medir e controlar a temperatura para não deixar o azeite ferver.

Colocar as batatas descascadas para cozinhar, em água com sal, até que estejam macias. Pôr o dente de alho para assar com a casca, regado com azeite, embrulhado em papel alumínio. Retirar as batatas da água reservando uma xícara de chá do caldo do cozimento. Amassar as batatas, retirar o alho assado do forno, extrair a polpa dele e amassá-la junto com o purê. Acrescentar o iogurte e o caldo do cozimento das batatas até conseguir a consistência desejada (mais ou menos cremosa). Colocar uma pitada de noz-moscada, ajustar o sal, reservar.

Cozinhar os pinhões, descascá-los, picá-los em cubinhos e fritá-los rapidamente com um filete de azeite e manteiga.

**Servir o bacalhau entre duas colheres do purê e finalizar com os pinhões bem picados em cubinhos sobre a posta. Regar com azeite e decorar com miniagrião.*

SATISFAÇÃO EM VER A UTILIDADE DO TRABALHO

A arq. Maria Célia de Oliveira Mazoni trabalhou no Escritório de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras e Viação (EPO/SMOV) por 20 anos e se aposentou em abril de 2014. Na Divisão de Projetos Prediais, ela executava projetos de prédios públicos, mas atuava principalmente na área de escolas infantis e de ensino fundamental.

"Me dava muito prazer ver que, depois da construção ou reforma, as pessoas trabalhavam com mais dignidade e vontade. Mas o melhor era ver as crianças brincando, aproveitando e aprendendo nas escolas e saber que eu tinha participado disto", diz Maria Célia.

A marcenaria era um sonho adormecido da arquiteta. Sua mãe conta que, no seu aniversário de 8 anos de idade, seu avô lhe deu de presente um conjunto de martelo, serrote e pregos. Maria Célia sempre gostou muito de artesanato e, durante alguns anos, fez pintura decorativa (folk, bauer, decopage) em caixas de madeira. Inclusive, participou de várias feiras de Natal.

Fotos: Arquivo pessoal

Logo que se aposentou, ficou sabendo da Confraria da Madeira e não teve dúvidas em fazer os cursos. "Desde então, não paro de inventar, são móveis para minha casa e para as casas e escritórios dos filhos", conta a arquiteta, que faz marcenaria somente por hobby, sem pressão ou muitos prazos, pois também adora passear e viajar. "Quando resolvo fazer um móvel, trabalho todos os dias, não paro até acabar. Depois dou um tempo, até que surjam novas ideias", explica.

A atividade não proporciona ganho financeiro, mas Maria Célia tem grande satisfação em ver seu trabalho sendo útil, em receber elogios e em ocupar a cabeça e o tempo fazendo o que gosta.

PELO MUNDO

Nesta seção, nossos associados publicam fotos de suas viagens pelo mundo afora. Mande as suas também para

asteccomunicacao@gmail.com

A ENF. MARISTELA FIORINI, do Núcleo Astec/SMS, que atua na Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde/Secretaria Municipal de Saúde, foi premiada com uma viagem a Bento Gonçalves, presente da Moratti Turismo, conveniada à Astec. Maristela foi sorteada durante o 4º Almoço dos Aposentados, realizado no Restaurante Panorama, da PUCRS, no dia 09 de agosto, entre 35 associados que se inscreveram para o sorteio até o dia 25 de julho. A Moratti também é parceira de Cláudio Roberto Turismo.

COM A FILHA CHRISTINA, NO PASSEIO DE MARIA FUMAÇA/ GARIBALDI-CARLOS BARBOSA

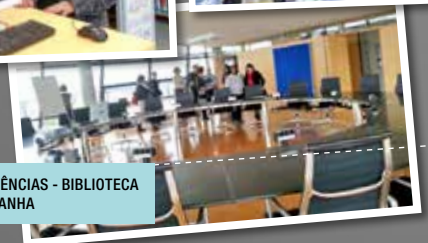
PARQUE DA FENACHAMP/ GARIBALDI

EPOPEIA ITALIANA-PARQUE TEMÁTICO/ BENTO GONÇALVES

A BIBL. ADRIANA DOS SANTOS GOMES, coordenadora da Biblioteca da SMED e da Assessoria às Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, foi a única servidora da PMPA a participar de viagem de intercâmbio à Alemanha, a convite do Goethe-Institut, de 17 a 23 de novembro de 2013. A iniciativa consiste no intercâmbio entre profissionais da área de Biblioteconomia, incluindo visitas a diferentes instituições, com ênfase em bibliotecas escolares. A partir da experiência de intercâmbio realizada na Alemanha em 2013, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre foi selecionada pelo Goethe-Institut para participar do Programa Residenz Schulbibliothekar - Residência em Bibliotecas Escolares, para visitação às bibliotecas escolares e públicas de Porto Alegre e troca de experiências com bibliotecários e educadores da SMED e Rede Municipal de Ensino.

CONFERINDO PRÁTICAS TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS DO COTIDIANO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES ALEMÃS

NA UNIVERSIDADE DE LEIPZIG



SALA DE CONFERÊNCIAS - BIBLIOTECA NACIONAL/ALEMANHA

A ARQ. SALETTE JARDIM, que atuou no DMAE, na SMOV e na PGM (Regularização Fundiária), cumpriu um plano traçado há 20 anos, quando ela, o marido, Sérgio Augusto, e o filho João Pedro, na época com oito anos, fizeram a travessia da Cordilheira dos Andes: o casal comemorou a aposentadoria, em setembro, repetindo o passeio. Ela se aposentou em janeiro, e o marido, em agosto.

ANFITEATRO DA QUINTA VERGARA, ONDE ACONTECE O FESTIVAL INTERNACIONAL DA CANÇÃO DE VIÑA DEL MAR/CHILE

FRUTILLAR, CIDADE COLONIZADA PELOS ALEMÃES/CHILE

CENTRO CÍVICO COM O LAGO NAHUEL HUAPI, AO FUNDO, EM BARILOCHE/ARGENTINA

ERRATA: Na seção de Turismo da edição 38, constou a engenheira Sandra Laufer como arquiteta.

Carta aos prefeituráveis

A Astec encaminhou correspondência aos candidatos à Prefeitura de Porto Alegre, em três ocasiões: no primeiro turno das eleições municipais; novamente no segundo turno; e, ainda, ao prefeito eleito, Nelson Marchezan Júnior. O documento, que foi produzido pelos técnicos de nível superior do Município, durante o "III Seminário Astec – Gestão, Precarização, Terceirização e o Direito à Cidade", realizado em 14 de setembro deste ano, bem como nas reuniões de núcleo da associação, informa sobre as posições que serão defendidas pela entidade, nas tratativas com o futuro governo municipal.

Na carta, as sugestões e reivindicações dos técnicos são apresentadas nas categorias em que foram coletadas: O direito à cidade, O direito à cidade do ponto de vista do saneamento e também O direito à cidade dos pontos de vista ambiental, da saúde, da educação e da relação gestor-servidor, além dos itens da Pauta de Reivindicações 2016, nas áreas das políticas salarial, de valorização profissional e de condições de trabalho.

O documento está disponível no site da Astec: www.astecpmpa.com.br

HUMOR

Técnicos realocados após a greve

Astec, Simpa, Senge, Saergs e servidores do EPO/SMOV encaminham documentos ao secretário de Obras e Viação discordando do afastamento e pedindo reintegração de colegas realocados após a greve do dissídio 2016

No dia 31 de agosto, a Astec, juntamente com representantes do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa), do Sindicato dos Engenheiros do RS (Senge) e do Sindicato dos Arquitetos do Estado do RS (Saergs), além de servidores do Escritório de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras e Viação (EPO/SMOV), encaminhou documento ao titular da pasta, Rafael Fleck, manifestando discordância com o afastamento do arq. Jorge Konrad Pinheiro e do eng. eletricista Jorge Stallbaum e solicitando a reintegração de ambos à equipe de trabalho do escritório. Os servidores do EPO/SMOV também encaminharam ao secretário documento elaborado no dia 29 de agosto, de igual teor. Ao todo, foram três reuniões, e o retorno positivo da secretaria ocorreu na primeira semana de setembro.

Durante o terceiro encontro, representantes das entidades e os profissionais lotados no Escritório de Projetos e Obras articularam encaminhamentos visando assegurar a reversão dos afastamentos e a retomada do ritmo dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos por esses profissionais antes da greve em defesa da Pauta Unificada de Reivindicações 2016, durante a campanha da data-base deste ano.

Anna De Carli/CarliCom

Entidades e profissionais estiveram reunidos na SMOV

Participaram da reunião decisiva: pela Astec, a presidente, biól. Isabel Junqueira, os conselheiros eng. João Pedro Chaves Nunes, que também representou a Asta, o eng. Sérgio Brum, representando também o Senge, e o arq. Paulo Loge, pelo Núcleo Astec/SMOV; pelo Simpa, a diretora da entidade Maria José da Silva e, pelo Saergs, os arqs. Clóvis Almeida e Hermes Puricelli.

Gratificação para odontólogos

No dia 25 de agosto, a Astec participou de reunião realizada na sede do Previmpa relativa à solicitação de alteração na forma de incorporação da chamada "gratificação do HPS", passando dos atuais 15 anos de percepção, desde que percebida por ocasião da aposentadoria, para cinco anos consecutivos ou 10 intercalados, desde que percebidos por ocasião da aposentadoria, que vem sendo pleiteada pelos odontólogos da Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

Comunicação/Previmpa

Durante o encontro, foi questionada a fixação da data de 26 de setembro de 2002, sugerida pelos requerentes como início de contagem da gratificação, devido ao efeito de retroatividade e ressaltada a necessidade de exame dos reflexos financeiros, principalmente, quanto à revisão de benefícios dos já aposentados e de pensionistas, em observância ao princípio da paridade.

Ao final da reunião, a direção-geral do Previmpa comprometeu-se a dar a máxima agilidade aos encaminhamentos necessários, como a análise jurídica e o cálculo atuarial, para o prosseguimento do processo administrativo que se encontra no Departamento.

Da entidade, participaram a presidente e o diretor Administrativo, biól. Isabel Junqueira e adm. Herni Michel, juntamente com os odontólogos Viterbo de Castro Filho e Efraim Golbert, da SMS, e a vereadora Sofia Cavedon. Do Previmpa, o diretor-geral e a diretora previdenciária, Laerte Campos de Oliveira e Luciana Eidt, respectivamente.

Prefeito eleito conhece proposta para a comunicação

A Associação dos Profissionais de Comunicação Social da Prefeitura de Porto Alegre (Asscompoa) integrou o grupo de trabalho proposto pelo Comitê Gaúcho do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). O objetivo do grupo foi chamar a atenção dos candidatos a prefeito para iniciativas capazes de democratizar a comunicação social em nível local.

O prefeito eleito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, juntamente com seu adversário no segundo turno das eleições municipais, Sebastião Melo, recebeu um documento do FNDC, contendo sete propostas para democratizar a comunicação do Município. Entre as medidas estão a retomada do Conselho Municipal de Comunicação (CMC), a convocação de uma nova Conferência Municipal de Comunicação, a democratização das verbas municipais de publicidade oficial e a imediata realização de concurso público para os cargos de comunicação, uma vez que faz 17 anos que a Prefeitura não realiza concurso para o cargo de Técnico em Comunicação Social, e o número de jornalistas, relações públicas e publicitários que ocupam cargos comissionados (CCs) supera em muito o número de servidores detentores de cargo efetivo.

Na avaliação da Asscompoa, a carência de técnicos em comunicação social atuando como gestores de comunicação pública e a falta de uma política de comunicação focada nas necessidades de informação do cidadão põem em risco a continuidade desse serviço: "Sob o direcionamento dos governos que se sucedem, a comunicação pública vira refém da propaganda, e, sem práticas democráticas na comunicação pública, quem mais perde é o cidadão de Porto Alegre".

Comunicado do DEP aos servidores

No dia 11 de junho, os servidores do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) publicaram a seguinte nota de repúdio:

"Os engenheiros da Divisão de Obras e Projetos e os demais servidores do quadro do Departamento de Esgotos Pluviais vêm a público manifestar seu repúdio às ações denunciadas na data de hoje no programa Gaúcha Atualidade, da Rádio Gaúcha, com relação ao contrato vigente entre o Município de Porto Alegre e a empresa JD Construções para manutenção de equipamentos de drenagem. Esperamos que as denúncias apresentadas sejam imediatamente apuradas, com a devida celeridade, bem como que seja procedida auditoria interna em todos os demais contratos vigentes nesse departamento".

Na madrugada de 17 de outubro, o setor da Procuradoria Jurídica do DEP, na Rua Lima e Silva, bairro Cidade Baixa, foi invadido pelo telhado e incendiado. De acordo com o delegado Daniel Mendelski, da Polícia Civil, "mesmo com a perícia em andamento, os vestígios deixados pelos criminosos [um galão com resíduos de querosene] não deixam dúvidas de que se trata de um incêndio criminoso, possivelmente para eliminar documentos". De acordo com o diretor do DEP, Renê Machado de Souza, o dano maior ocorreu junto a um armário que continha documentos de processos administrativos, contratações, convênios e processos em geral.

Comunicação Pública dirigida à Habitação de Interesse Social

Visando contribuir com o processo contínuo de capacitação dos servidores do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), o arq. Fernando Biffignandi desenvolveu e apresentou o curso Comunicação Pública dirigida à Habitação de Interesse Social que, com quatro módulos de uma hora de duração cada, contou com 25 participantes, na primeira edição, realizada em agosto.

O curso tem foco na promoção e na qualificação funcional, a partir dos preceitos da Comunicação Pública dirigida ao campo da Habitação de Interesse Social, e visa aprimorar a relação dos servidores com as comunidades atendidas pela política habitacional social executada pela Prefeitura de Porto Alegre.

A primeira edição do curso contou com 25 participantes

Matheus Laurent

Jacarandá mal podado, na Praça da Matriz, em Porto Alegre, por empresa terceirizada, contrariando orientações de técnicos da SMAM

Manifesto SMAM – Caso Praça da Matriz

Desde a ocorrência do temporal de 29 de janeiro de 2016, em Porto Alegre, a Astec fez várias tentativas no sentido de esclarecer as atividades realizadas por empresa terceirizada na Praça da Matriz, onde árvores centenárias e tombadas sofreram poda inadequada, contrariando as orientações dos técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM). Primeiramente, foram realizadas quatro reuniões, nos dias 9 e 22 de junho, na sede da Astec, e nos dias 17 e 24 de junho, na SMAM, essas com a participação do titular da pasta, secretário Léo Bulling. A seguir, finalmente, no dia 1º de julho, houve nova reunião em que estiveram presentes todas as partes envolvidas na situação. Nesse encontro, a presidente da Astec entregou um ofício ao secretário, em que solicitava a abertura de sindicância para apurar os fatos, considerando, ainda, que ficou evidenciado, também, que, apesar de ter sido contratada em caráter emergencial para atendimento às consequências do temporal, a empresa prosseguiu atuando na SMAM sem anuência dos técnicos, causando prejuízos a equipamentos e às vias públicas. A legalidade do contrato, bem como das atividades que seguiram sendo realizadas pela terceirizada, passaram a ser examinadas pela Procuradoria-Geral do Município.

O secretário declarou ter recebido solicitação do prefeito José Fortunati para que fosse solucionado o problema. Contudo, a solução não se materializou até o presente.

Esgotados todos os recursos, a Astec encaminhou recurso à Ouvidoria do Município sobre a denúncia do "Caso Praça da Matriz". O código atribuído pelo Sistema 146-POA à Astec é 814827, protocolo do recurso: 277720-1639. Os documentos anexos ao recurso foram encaminhados pela presidente da Astec, biól. Isabel Junqueira, via e-mail da Astec.

Você confere o "Manifesto Astec – Caso Praça da Matriz" em **www.astecpmpa.com.br**

Simpa tem nova direção

A direção eleita para gerir o Simpa no triênio 2016/2019 tomou posse no dia 28 de outubro, na sede do sindicato. Integram a nova direção os municipários: O diretor de Relações Trabalhistas e Sindicais da Astec, na gestão 2015/2016, Adroaldo Bauer Spíndola Corrêa, integra a nova direção, juntamente com os municipários:

Ruvana De Carli/CarliCom

Direção do Simpa no triênio 2016/2019

Diretora-Geral: Luciane Pereira da Silva
Diretor-Geral: Alberto Moura Terres
Diretor-Geral: Jonas Tarcísio Reis
Diretora Administrativa: Adriana Regina Danni Mezetti
Diretor Administrativo Adjunto: Hamilton Fernando Pessoa Farias
Diretor Financeiro: Adelto Rohr
Diretor Financeiro Adjunto: Talito Francisco Halberstadt
Diretor de Comunicação: Ivam Martins de Martins
Diretor de Comunicação Adjunto: Josué Fernandes Carvalho
Diretor de Formação Sindical: Rodrigo de Barcelos Rodrigues
Diretora de Formação Sindical Adjunta: Roselia Siviero Sibemberg
Diretor de Assuntos Jurídicos: Luan Castilhos Sanchotene
Diretor de Assuntos Jurídicos Adjunto: Laudenir Machado Figueiredo
Diretora de Saúde do Trabalhador: Onéia da Silva Machado
Diretora de Saúde do Trabalhador Adjunta: Rita Buttes da Silva
Diretor de Cultura, Esporte e Lazer: Jose Francisco Espírito Santo
Diretor de Ações de Combate a Opressão: Carlos Geovani Ramos Machado
Primeira Suplente: Ignez Maria Serpa Ramminger
Segundo Suplente: Adroaldo Bauer Spíndola Corrêa

Memória da Astec preservada

Desde o início de 2015, a diretora Cultural da Astec, bibliotecária Carmem Von Hoonholtz, com o objetivo de preservar a memória institucional, inventariou, registrou, catalogou e classificou o acervo que contém o suporte impresso e fotográfico da Associação. Esse trabalho serviu de base para disponibilizar os materiais também no website da Astec.

O acervo é composto pelas publicações periódicas Jornal da Astec e Revista da Astec, bem como Catálogos da Expotec e coletâneas de seminários realizados pela entidade. Foi organizado, também, o registro fotográfico das diretorias executivas, eventos e ações que documentam a trajetória e a história da Astec, em álbuns para cada gestão.

Ruvana De Carli/CarliCom

Além disso, foi disponibilizado material bibliográfico (suporte impresso) de referência legislativa, como o Estatuto dos Funcionários Públicos e a Constituição Federal, entre outros.

O acervo está disponível aos associados para consulta, na sede Associação.

4º Almoço dos Aposentados

Ruvana De Carli/CarliCom

Os associados aposentados presentes aproveitaram para reencontrar colegas de trabalho, fazer novas amizades e celebrar a vida

Ruvana De Carli/CarliCom

Neste ano, o ganhador do tradicional almoço grátis foi o eng. Sérgio Brum, aposentado da SMOV

O 4º Almoço de Confraternização entre Técnicos Aposentados foi realizado no dia 09 de agosto, no Restaurante Panorama da PUCRS, com a presença de associados aposentados que aproveitaram para reencontrar colegas de trabalho, fazer novas amizades, degustar boa comida e celebrar a vida. Na edição deste ano, o agraciado com o já tradicional almoço grátis foi o eng. Sérgio Brum, integrante do Conselho Deliberativo da Astec. Após o almoço, o conveniado Cláudio Roberto Turismo apresentou aos sócios as possibilidades de passeios personalizados e outras opções de pacotes turísticos, com diferentes agências, além de sortear, entre os 35 associados que se inscreveram até o dia 25 de julho, uma viagem a Bento Gonçalves, presente da Moratti Turismo. A premiada foi a enf. Maristela Fiorini, do Núcleo Astec-SMS.

Astec sorteia viagem a Bento Gonçalves

Foi sorteada no dia 09 de agosto, durante o 4º Almoço de Confraternização entre Técnicos Aposentados, no Restaurante Panorama, da PUCRS, a viagem a Bento Gonçalves, presente da Moratti Turismo, por meio do convênio da Astec com Cláudio Roberto Turismo. A premiada, entre os 35 associados inscritos até o dia 25 de julho, foi a enf. Maristela Fiorini, do Núcleo Astec – SMS.

Ruvana De Carli/CarliCom

O conveniado Cláudio Roberto Turismo entregou à presidente Isabel o prêmio da associada sorteada, enf. Maristela Fiorini, do Núcleo Astec-SMS

Dissídio

Astec mobilizada na greve de 14 a 30 de junho. No detalhe, téc. em com. soc. Adroaldo Corrêa, diretor de Relações Trabalhistas e Sindicais da entidade

Anna De Carli/CarliCom

Depois de o prefeito José Fortunati ter anunciado pela imprensa o encerramento unilateral das negociações com os municipários, no dia 23 de junho, os servidores deliberaram um intenso calendário de mobilização e nova assembleia geral, em 28 de junho, que decidiu pela continuidade da greve, iniciada em 14 de junho, em defesa da Pauta Unificada de Reivindicações.

Em nova assembleia geral, realizada no dia 30 de junho, no Centro de Eventos do Parque da Harmonia, os municipários decidiram pelo fim da greve, que durou 16 dias. No dia anterior, após reunião da direção do Simpa e comando de negociação da greve com o prefeito, José Fortunati, e com representantes das centrais sindicais e vereadores, foi encaminhado documento em que o governo assumiu o compromisso de garantir a compensação dos dias parados e o ressarcimento dos dias descontados, juntamente com parcela de 1,2% de reajuste retroativo a maio, em folha suplementar. Anunciou, ainda, que, se houver melhoria na receita da Prefeitura, ele anteciparia a parcela de janeiro de 2017 para dezembro de 2016.

De forma unilateral, o prefeito decidiu repor a inflação de forma parcelada (1,2% retroativos a maio; 2% em outubro; 4,2% em dezembro; e 1,6% em janeiro). No vale-alimentação a reposição foi somente do índice de 9,28% referente à inflação, passando o valor para R$ 20,22. Outros itens da pauta econômica, que estavam acordados antes da greve, também foram mantidos, como a imediata publicação e pagamento das progressões 2010/2012, incluindo um cronograma de pagamento para o passivo e as perdas do período. Logo após foi lançado o edital das progressões 2013/2014.

Assembleia geral da Astec aprova contas de 2015 por unanimidade

Reunidos em assembleia geral, na sede da associação, em 27 de junho, os sócios aprovaram por unanimidade as contas de 2015 da Astec. A pauta também tratou de assuntos gerais, com um relato do movimento da data-base, as eleições da Astec, o caso da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em que as orientações técnicas foram desrespeitadas por empresa terceirizada, o encaminhamento do estatuto da Astec ao Conselho Deliberativo, para apreciação e a organização da 5ª Expotec, prevista para 2017.

Ruvana De Carli/CarliCom

Projeto Viva Mais

O projeto Viva Mais, da SMA, estendeu as palestras que acontecem mensalmente aos servidores inativos. Para participarem, os interessados devem contatar a Assessoria de Qualidade de Vida por meio do e-mail qualidadevida@sma.prefpoa.com.br ou do telefone (51) 3289-1476 e se inscrever nos eventos.

A divulgação é realizada no portal da SMA, no link www2.portoalegre.rs.gov.br/sma, na aba Documentos e Publicações – e-SMA, ou no site da Astec.

Astec presente ao 30º aniversário da APMPA

Kiko Coelho/Kad Comunicação

Diretora Cultural da Astec, bibl. Carmem Lapolli von Hoonholtz, e o presidente da APMPA, Sylvio Roberto Corrêa de Borba

A diretora Cultural Carmem Lapolli von Hoonholtz representou a Astec na comemoração do 30º aniversário da Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre (APMPA), na noite de 30 de junho. Na ocasião, os presentes assistiram à conferência "O direito dos advogados públicos à percepção de honorários advocatícios", ministrada pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rio Grande do Sul, Ricardo Ferreira Breier.

Novos Sócios

A Astec dá as boas-vindas aos seus novos sócios e convida todos os técnicos de nível superior do Município de Porto Alegre a participarem da entidade.

- Andréia Bocian – Arquiteta – SMT
- Antônio Carlos da Costa Pinto – Administrador – Previmpa A
- Carmen Padilha – Professora – SMED
- Cleber Lemos Costa – Engenheiro – SMF
- Evandra Borges Dias da Rosa – Assistente Social – FASC
- Flávia Moreira da Silva – Administradora – SMTE
- Gabriel Russo Ferreira – Arquivista – CATA/SMC
- Giordana Zimmermann Besen – Atuária – Previmpa
- Gonorvan Zaltron – Administrador – SMS/HMIPV
- Letícia Costa Leiria – Administradora – Previmpa A
- Maria da Graça de Mello Brunelli – Administradora – SMPEO
- Rogério de Oliveira – Economista – Previmpa
- Valdir Calegari – Farmacêutico – SMS

Astec recebe visita de associação de municipários de Taquari

A Astec recebeu a visita de uma comissão da diretoria da Associação dos Municipários Concursados do Município de Taquari (ASMUCT): psic. Lúcia Forgiarini, presidente; Joice Azevedo, secretária; e Carla Lautert, do departamento jurídico, vieram buscar informações sobre como construir uma associação. A constituição jurídica da ASMUCT deu-se em março deste ano. Os diretores de ambas as entidades trocaram experiências e informações acerca das histórias das associações, em 21 de novembro.

Ruvana De Carli/CarliCom

A partir da esquerda, Sônia Castro, vice-presidente da Astec, Lúcia Forgiarini, presidente da ASMUCT, Isabel Junqueira, presidente da Astec, Joice Azevedo, secretária da ASMUCT, e Carla Lautert, do departamento jurídico da ASMUCT

Datas Profissionais

A Astec cumprimenta os profissionais que contribuem com a construção de Porto Alegre!

11/08	Dia do Advogado
13/08	Dia do Economista
27/08	Dia do Psicólogo
31/08	Dia do Nutricionista
03/09	Dia do Biólogo
09/09	Dia do Administrador e do Veterinário
22/09	Dia do Contador
03/10	Dia do Dentista
12/10	Dia do Engenheiro Agrônomo
13/10	Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional
15/10	Dia do Professor
18/10	Dia do Médico
20/10	Dia do Arquivista
28/10	Dia do Funcionário Público
09/12	Dia do Fonoaudiólogo
11/12	Dia do Arquiteto e do Engenheiro

NOVO SITE *Astec*

www.astecpmpa.com.br

*Conheça as **novas funcionalidades!***

NOVO MENU

BUSCA

REVISTA DA ASTEC

ASSOCIE-SE

NEWSLETTER

AGENDA

FEED RSS

FACEBOOK

LINKEDIN

GOOGLE+

TWITTER

*Responsivo para **dispositivos móveis***

5ª expotec

MOSTRA DE PROJETOS E TRABALHOS DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

PREPARE-SE!

Informações a partir de março de 2017

astec

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

www.astecpmpa.com.br